



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO do exercício de 2013

Belém/PA
Março/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Belém/PA
Março/2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA
AMAZÔNIA

REITOR
Sueo Numazawa

VICE-REITOR
Paulo de Jesus Santos

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL –
PROPLADI
Antônio Cordeiro de Santana

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – PROPED
Izildinha de Souza Miranda

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – PROAF
Kedson Raul de Souza Lima

PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROEN
Marcel do Nascimento Botelho

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
Djacy Barbosa Ribeiro

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – PROAES
Manoel Sebastião Pereira de Carvalho

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – PROGEP
Ranyelle Foro de Sousa

Organização e elaboração

Alessandra Fortunato de Almeida

Administradora/
Procuradora Educacional Institucional

Marcelo Robson Silva Vilela

Assessor da PROAF

Ana Paula Saldanha Eremita da Silva

Secretária Executiva

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, em cumprimento às exigências legais do Tribunal de Contas da União, apresenta seu Relatório de Gestão 2013, que evidencia em linhas gerais as principais ações realizadas no exercício do ano em questão, no campo do ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Gestão universitária e que foi aprovado pela Resolução CONSUN nº 51, de 31/03/14.

Conforme Decisão Normativa – TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013, Anexo III, não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada os seguintes itens: 3.3 – Remuneração para à administradores, 3.4 – Sistema de correição, 3.5 – Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1043/07 da CGU, 6.2.3 – Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ, Quadro A.4.1.2.1, do item 4.1.2, 6.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis locados por terceiros, 9.4 – Declaração de bens e rendas estabelecidas na Lei nº 8.730/93, 9.4.1 – Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 e 9.4.2 – Situação do cumprimento das obrigações.

Ainda conforme a mesma DN-TCU, seguem os itens dos quais não houve ocorrência no período: 4.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, 4.4.4 – Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse, 4.5 – Suprimento de fundos, 5.1.5.4 – Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico, 5.1.6 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, 5.1.7 – Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, 5.2.2 – Autorizações expedidas e 9.5 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário.

Este instrumento objetiva prestar contas à sociedade, de forma objetiva e transparente, dos resultados sociais, econômicos e financeiros alcançados ao longo do exercício de 2013 através da execução das Ações pertencentes ao Programa Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e ao Programa Educação Básica.

Revela ainda, que seu quadro de gestores, docentes e técnicos não mediram esforços para o alcance das metas definidas, superando obstáculos, desenvolvendo estratégias para aproveitar os recursos contingenciados e fortalecendo o compromisso de manter a instituição em posição de destaque, com a certeza de que a Universidade tem um importante papel no desenvolvimento da região.

Belém, 26 de março de 2014
Professor Doutor Suelo Numazawa
Reitor

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Central de Contratos e Convênios
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSAD	Conselho de Administração
CPAI	Comissão Permanente de Avaliação Institucional
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPTA	Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo
DCAD	Divisão de Capacitação e Desenvolvimento
EAA	Escola de Agronomia da Amazônia
EVRA	Escola de Vida Ribeirinha
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FAPESPA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FUNPEA	Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias
HOVET	Hospital Veterinário
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
ITES	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários
NEaD	Núcleo de Educação à Distância
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PASS	Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIExAE	Programa Institucional de Auxílio Estudantil
PPA	Plano Plurianual
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROPED	Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento
PROPLAGE	Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão
RCA	Revista Ciências Agrárias
RENAFOR	Rede Nacional de Formação Continuada
RU	Restaurante Universitário
SDD	Seção de Direitos e Deveres
SGDP	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
STIC	Superintendência de Tecnologia, Informação e Comunicação
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos de Graduação / UFRA e suas localidades	12
Tabela 2 - Cursos de Mestrado e Doutorado na UFRA	12
Tabela 3 - Demonstrativo dos tipos e quantidade de auxílios atendidos por campus	19
Tabela 4 - Valores aplicados nos diversos auxílios no período de janeiro a agosto de 2013	19
Tabela 5 - Execução Orçamentária 2013 – Ação 2032.8282	30
Tabela 6 - Tipos de veículos	57
Tabela 7 - Média Km/ano	57
Tabela 8 - Idade média do veículo	57
Tabela 9 - Custos e valores dos veículos	57

SUMÁRIO

1 PARTE A, ITEM 1	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ	10
1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	10
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	10
1.3 ORGANOGRAMA	13
1.4 MACROPROCESSO FINALÍSTICO	14
1.5 MACROPROCESSO DE APOIO	16
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	17
2. PARTE A, ITEM 2	17
2 PLANEJAMENTO DA UJ E RESULTADOS ALCANÇADOS	17
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE JURISDICIONADA	17
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	18
2.2.1 AÇÕES	18
2.2.2 AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS	29
3. PARTE A, ITEM 3	30
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE	30
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	30
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	33
3.3 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS	35
4 PARTE A, ITEM 4	35
4.1 TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	35
4.1.1 PROGRAMAÇÃO	35
4.1.1.1 ANÁLISE CRÍTICA	35
4.1.2 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNO E EXTERNO	36
4.1.3 REALIZAÇÃO DE DESPESA	37
4.1.3.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	37
4.1.3.2 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE	38
4.1.3.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	39
4.1.3.4 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE	40
4.1.3.5 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	42
4.1.3.6 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	43
4.1.3.7 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA	44
4.2 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A APGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	45
4.2.1 ANÁLISE CRÍTICA	45
4.3 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	45
4.3.1 RELAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	45
4.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	45
4.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	47
5 PARTE A, ITEM 5	47
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	47

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	47
5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UJ	47
5.1.1.1 LOTAÇÃO	47
5.1.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	48
5.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FOÇA DE TRABALHO	49
5.1.2.1 ESTRUTURA DE CARGOS E FUNÇÕES	49
5.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UJ SEGUNDO IDADE	49
5.1.2.3 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UJ SEGUNDO ESCOLARIDADE	50
5.1.3 CUSTOS DE PESSOAL DA UJ	51
5.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	52
5.1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UJ SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIAS	52
5.1.4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UJ	52
5.1.5 CADASTRAMENTO NO SISAC	52
5.1.5.1 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC	52
5.1.5.2 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU	53
5.1.5.3 REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	53
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	54
5.2.1 INFORMAÇÃO SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	54
5.2.2 INFORMAÇÃO SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	55
5.2.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	56
6 PARTE A, ITEM 6	56
6. GESTÃO DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	56
6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS	56
6.2 GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	58
6.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS E USO ESPECIAL	58
6.2.2 DISCRIMINAÇÃO DE BENS IMÓVEIS SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	58
7 PARTE A, ITEM 7	59
7. GESTÃO DE TI E GESTÃO DE CONHECIMENTO	59
7.1 GESTÃO DE TI	59
7.1.1 ANÁLISE CRÍTICA	60
8 PARTE A, ITEM 8	61
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	61
8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	62
9 PARTE A, ITEM 9	63
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	63
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	63
9.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	63
9.2 TRATAMENTOS E RECOMENDAÇÕES DO OCI	64
9.2.1 RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	64
9.2.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	67
9.3 ALIMENTAÇÃO SIASG E SINCOV	71
10 PARTE A, ITEM 10	71
10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	71

10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC., CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS	71
10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE	71
10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	71
11 PARTE A, ITEM 11	72
11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS	72
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	72
11.2.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	72
11.2.1 DECLARAÇÃO COM RESSALVA	72
12 PARTE A, ITEM 12	72
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	72
18 PARTE B, ITEM 6	73
18.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DE DECISÃO TCU Nº 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES	73
18.2 RESULTADO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES	74
18.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES	74
18.4 RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO	76

1 PARTE A, ITEM 1

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Universidade Federal Rural da Amazônia			
Denominação Abreviada: UFRA			
Código SIORG: 457	Código LOA: 26253		Código SIAFI: 153034
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 05.200.001/0001-01	
Principal Atividade: 8411600			Código CNAE: 8030-6/00
Telefones/Fax de contato:	(091) 3210-5176	(091) 3210-5166	(091) 3210-5173
Endereço Eletrônico: proaf@ufra.edu.br			
Página na Internet: http://www.portal.ufra.edu.br			
Endereço Postal: Avenida Presidente Tancredo Neves 2501, Bairro Terra Firme 66077-530, Belém – Pará			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.611 de 23 de Dezembro de 2002			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Competências e Estrutura Organizacional: Definidas no Estatuto da UFRA, publicado pela Portaria nº 3.423 de 18 de Novembro de 2003.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Informativo Periódico UFRA NOTÍCIAS ON-LINE			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
153034	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15241	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153034		15241	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA é entidade com Personalidade Jurídica de Direito Público, vinculada ao Ministério da Educação e dotada de Autonomia Didático-Científica, Administrativa e de Gestão Financeira e Patrimonial. Foi instituída pela Lei 10.611 de 23/12/2002, cujo marco inicial foi sua antecessora, a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, instalada em Belém em 1951 e transformada em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP em 1972, através Decreto nº 70.268.

Hoje, com 63 anos, a Instituição contempla em seu organograma sete Pró-Reitorias as quais são Pró - Reitoria de Ensino - PROEN; Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - PROPED; Pró-Reitoria de Extensão – PROEX; Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLADI; Pró-Reitoria de Administração e Finanças - PROAF e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP. Possui também, quatro institutos temáticos, constituídos por docentes, técnico-administrativos e discentes, que são unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e tem caráter inter, multi e transdisciplinar em diversas áreas do conhecimento. São eles: Instituto de Ciências Agrárias – ICA; Instituto de Saúde e Produção

Animal – ISPA; Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos – ISARH e Instituto Ciberespacial – ICIBE.

A UFRA conta ainda com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias – FUNPEA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, gozando de autonomia patrimonial, financeira e administrativa nos termos da lei e que, tem como objetivo estimular programas de desenvolvimento sustentado e proteção ao meio ambiente. Foi fundada em 20 de março de 1997, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, pode por deliberação do Conselho Curador, estabelecer-se em torno do território nacional.

Quanto aos objetivos da Universidade, de acordo com o seu Estatuto são: Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito político, científico e sócio-ambiental do pensamento reflexivo em Ciências Agrárias, Saúde e Proteção Animal e outras áreas que venham a ser introduzidas; Qualificar profissionais aptos a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, particularmente no complexo mundo amazônico, e propiciar a formação continuada; Desenvolver atividades de investigação científica, contribuindo para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, bem como a criação e a difusão de cultura, adequando em nível superior o entendimento do homem em relação ao meio em que vive; Ampliar a base de divulgação de conhecimentos Culturais, Científicos e Técnicos, que constituam patrimônio comum à humanidade e intensificar o saber através do Ensino, de Publicações ou de outras formas de comunicação; Promover permanentemente o aperfeiçoamento Cultural e Profissional, possibilitando a correspondente concretização e integração dos conhecimentos adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada; Promover a informação e o conhecimento da presente atualidade, em particular às Questões Nacionais e Regionais frente à nova Ordem Global; e, Promover a Extensão Universitária, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação aberta de reciprocidade.

Registram-se ainda, os objetivos estrategicamente elaborados, que fazem parte do PDI, vigente até o ano de 2014, e que a UFRA entende serem fundamentais para alcançar os macro objetivos declarados no Estatuto:

- Ampliar o papel da UFRA no desenvolvimento social e econômico local, regional e nacional;
- Ampliar o espaço para a comunicação da UFRA com a sociedade, particularmente nos campos da cultura, saúde e educação;
- Assegurar alocações governamentais;
- Otimizar os recursos infraestruturais, materiais e financeiros;
- Fortalecer a atuação dos órgãos colegiados superiores da UFRA na definição das macro políticas institucionais;
- Estabelecer uma política de desenvolvimento de pessoas que considere a essencialidade dos trabalhadores técnico-administrativos e docentes para o cumprimento das atividades-fim da instituição;
- Implementar uma política de apoio ao corpo estudantil;
- Promover a melhoria da qualidade do ensino na UFRA, em todos os níveis;
- Fortalecer a pesquisa;
- Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação;
- Implementar uma política de democratização da informação;
- Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer;
- Implementar um novo modelo organizacional na UFRA.

Em 2013, a UFRA ofereceu à sociedade 20 cursos de Graduação distribuídos na sede Belém e nos seus *campi* em Municípios do interior, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 – Cursos de Graduação / UFRA e suas localidades

LOCALIDADES	CURSOS
Belém	Bacharelado Agronomia, Bacharelado em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Bacharelado em Engenharia de Pesca, Bacharelado em Engenharia Florestal, Bacharelado em Informática, Bacharelado em Medicina Veterinária, Bacharelado em Zootecnia, Licenciatura em Computação
Capanema	Bacharelado em Administração, Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Biologia, Bacharelado em Ciências Contábeis
Capitão Poço	Bacharelado Agronomia
Parauapebas	Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Engenharia Florestal, Bacharelado em Zootecnia
Paragominas	Bacharelado Agronomia, Bacharelado em Engenharia Florestal
Tomé-Açu	Bacharelado em Administração

Quanto aos cursos de Pós-Graduação, a Instituição ofereceu os seguintes cursos, todos na sede:

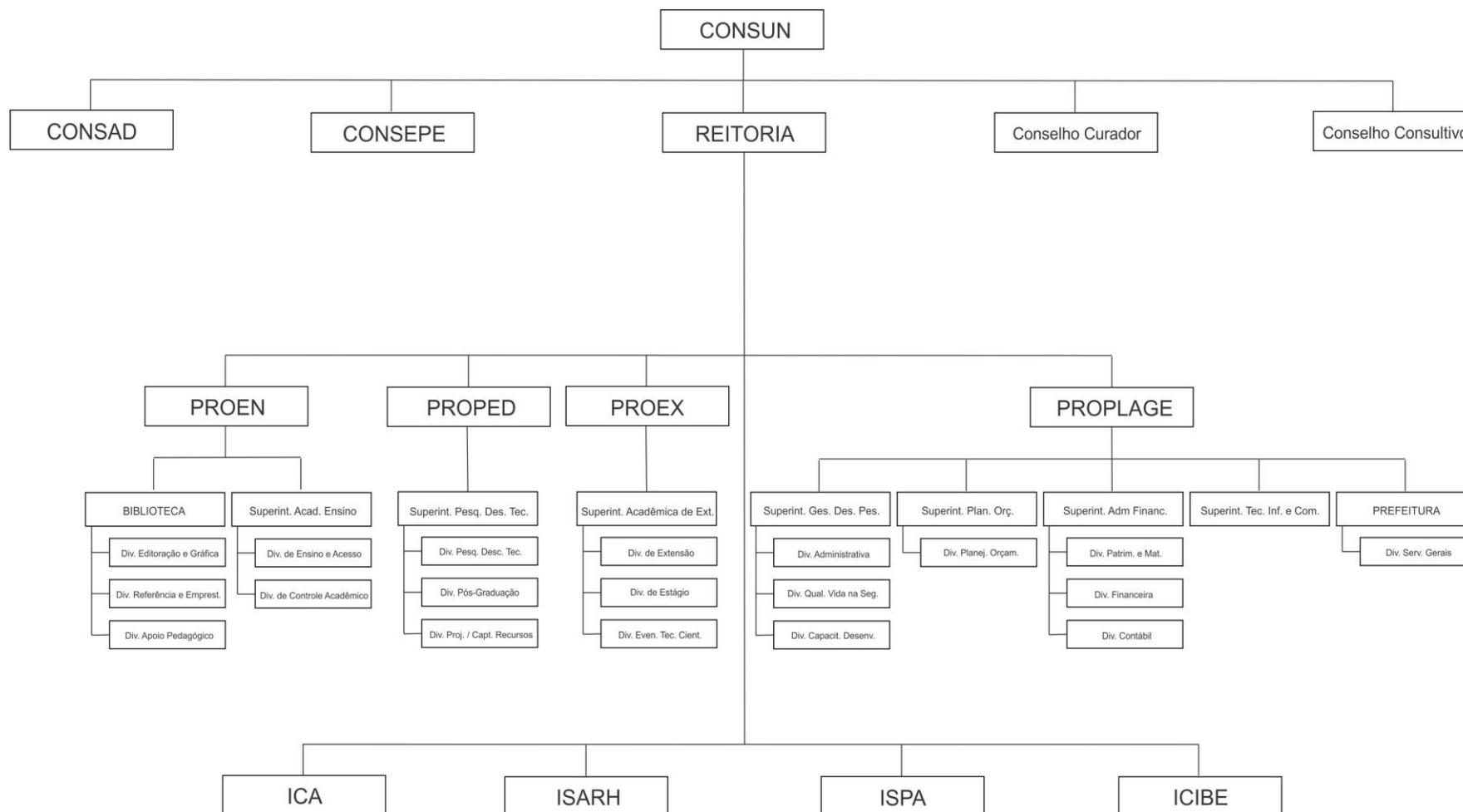
Tabela 2 – Cursos de Mestrado e Doutorado na UFRA

MESTRADO	DOCTORADO
Agronomia, Ciências Florestais, Aquicultura em Saúde e Produção Animal, Ciências Biológicas, Biotecnologia Aplicada à Agropecuária	Agronomia, Ciências Florestais, Ciências Agrárias

É importante também destacar sobre o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR – continua avançando pelo interior do estado. O Programa teve sua inserção na UFRA através do Instituto Ciberespacial (ICIBE) e Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), após adesão institucional que ocorreu no dia 27 de outubro de 2009. Foi publicada no DOU em janeiro de 2010. Iniciou as suas primeiras turmas em 2010 com o curso de Licenciatura em Computação e Licenciatura em Ciências Naturais. O Curso de Pedagogia iniciou sua primeira turma em 2011.

1.3 Organograma Funcional

Ressaltamos que em 2013 a Universidade passou por alterações em sua estrutura organizacional. Atualmente a UFRA conta com sete Pró-reitorias, como já foi mencionado no item “Finalidade e Competências Institucionais da Unidade”. O novo organograma está em fase de construção.



1.4 Macroprocesso Finalístico

Para responder a esse tópico, a instituição obedeceu ao conceito definido na portaria nº 121/12 quando diz que macroprocessos finalísticos são aqueles eventos diretamente relacionados com o negócio e com a razão de existir da Unidade.

Por entender que as Pró-Reitorias são as responsáveis e principais executoras das ações que fazem a instituição alcançar sua atividade fim (Ensino, Pesquisa e Extensão), aqui se listou os principais processos consagrados dentro das respectivas Pró-reitorias, em 2013:

A Universidade Federal Rural da Amazônia através de sua *Pró-Reitoria de Extensão – PROEX* atua com base nos programas governamentais e de suas linhas prioritárias com o compromisso e a responsabilidade social de contribuir com a construção e efetivação das políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável e de inclusão social.

Para 2013, a PROEX deu continuidade às ações junto à comunidade interna e externa através do Programa Universidade do Século XXI – Serviço à Comunidade por Meio da Extensão Universitária, compreendendo a participação de representantes da UFRA em ações de extensão que envolvam viagens, atividades voltadas à atividades sociais, eventos, cursos, atendimento em modalidades esportivas, envolvendo os setores que atuam com o público externo, especialmente as comunidades do entorno, como é o caso do Serviço de Cultura Física e parceiros, do Hospital Veterinário, do Projeto Carroceiro e ainda, o atendimento através do Serviço de Documentação e Informação – SDI/Biblioteca

A Incubadora de Empreendimentos Solidários – ITES, vinculada à PROEX, destacou-se também, atuando com o apoio de diversos editais ou de Convênios de Cooperação Técnica, em vários municípios do Estado, e em parceria com várias instituições, concentrando importantes projetos de extensão, inclusive nas áreas de educação para reforma agrária e de incubação de diversos empreendimentos solidários para agricultores familiares e para jovens com bolsa trabalho.

Nesse mesmo ano, promoveu várias atividades culturais como: apresentação do Coral da UFRA, Teatro e Balé, a maioria com a presença da comunidade interna e externa prestigiando os eventos.

Merece destaque a participação do ISPA que através do Hospital Veterinário – HOVET prestou serviços médicos-veterinários à Comunidade e manteve programas e projetos tais como: o Projeto Carroceiros- Assistência a animais de tração e aos seus proprietários na Grande Belém; Programa de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos na Área Metropolitana de Belém e o Projeto Vida Digna, contando com parcerias de outras instituições.

Ao conquistar recursos do governo federal e outras fontes de financiamentos através de seus projetos, a PROEX viabilizou, em 2013, ações em diversos municípios e comunidades rurais, como os programas realizados pela ITES – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários, o Programa EVRA – Escola de Vida Ribeirinha Amazônica, o Programa Acessar, o Programa de Direitos Humanos, além de envolver um número significativo de alunos na sua implementação.

A *PROEN – Pró-reitoria de Ensino* é a Pró-reitoria responsável pela formulação e implementação das políticas de ensino de graduação, desenvolvendo ações voltadas para a melhoria do ensino superior.

Além de tratar das ações relacionadas diretamente com as questões acadêmicas, o principal desafio da PROEN, em 2013, foi desempenhar com fluidez as atividades que envolveram a utilização do SISU-SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADO- como forma de acesso aos cursos de graduação da universidade. Situação dificuldade ainda, por conta da migração do sistema acadêmico antigo para o novo, que utiliza um SOFTWARE - resultado do convênio da UFRA com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN – ainda em fase de implantação.

Um importante acontecimento ocorrido nesse período foi a criação da Divisão de Apoio Pedagógico-DAP, que surgiu para dar suporte às ações desenvolvidas pela Proen.

A *Pró-reitoria de Administração e Finanças - PROAF* foi instituída em agosto de 2013, e surgiu, a partir do desmembramento da Pró-reitoria de planejamento e Gestão, a PROPLAGE. É a responsável pela formulação e implementação das políticas patrimonial e de controle orçamentário, que compõem a estrutura organizacional da Instituição.

Durante 2013, teve como principal tarefa dar continuidade à execução da Proposta de Reestruturação e Expansão da UFRA vinculada ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, com o objetivo de “Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos nas universidades federais”.

Nesse contexto, além de dar início à construção de um novo Restaurante Universitário, foram concluídas obras como: o Centro de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação (prédio onde serão agrupados todos os cursos de Mestrado e Doutorado), a nova Biblioteca, os prédios dos cursos de Zootecnia, Engenharia Ambiental, Tecnologia de produtos florestais, Núcleo acessível, Campus de Parauapebas, Blocos acadêmicos dos campi de Paragominas e Capitão Poço, além de outras mudanças estruturais que beneficiarão diretamente a comunidade acadêmica

Importante evidenciar, em 2013, otimizou-se o setor de transportes, incrementando a frota através da aquisição de novos veículos

Outra ação de destaque, foi a realizada pela Superintendência de Tecnologia Informação e Comunicação - STIC, subordinada a PROAF, que não mediu esforços para acelerar o processo, ainda a concluir, da implementação de um novo Software - ferramenta resultado do convênio da UFRA com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – para ampliar o suporte tecnológico e atender com eficiência todos os setores institucionais.

A *PROPED – Pró-reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico* é a pró-reitoria responsável pela formulação e implementação das políticas e programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, inclusive os conduzidos nos âmbitos dos institutos. Em 2013, foram cadastrados na PROPED 255 projetos distribuídos entre os institutos e campi do interior. Além disso, dedica seus esforços no desenvolvimento de importantes programas de apoio à pesquisa e pós-graduação:

- 1) Programa de Iniciação Científica – PIBIC;
- 2) Programa de Apoio à Publicação Científica;
- 3) Programa de Auxílio ao Aluno da Pós-Graduação;
- 4) Programa de Auxílio ao Aluno da Graduação;
- 5) Programa de Apoio aos Recém-Doutores; e
- 6) Programa de Reconhecimento Acadêmico.

Merece destaque o DINTER em Agronomia (Agricultura), oferecido pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Botucatu / SP em parceria com a UFRA, assim como, o DINTER – Agronomia que privilegiou outros docentes e técnicos em pós-graduação que embora não tenham recebido apoio financeiro conquistado diretamente pela UFRA, estão fazendo o Curso de doutorado ou mestrado, com liberação parcial de suas atividades.

Em 2013, a UFRA manteve os seguintes cursos de Pós – Graduação:

- 1- Agronomia / Mestrado e Doutorado
- 2- Ciências Florestais / Mestrado e Doutorado
- 3- Botânica / Mestrado
- 4- Ciências Agrárias / Doutorado
- 5- Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais / Mestrado
- 6- Saúde e Produção Animal na Amazônia / Mestrado
- 7- Biotecnologia Aplicada à Agropecuária – Mestrado

A *PROAES – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis* surgiu em 2013, a partir da necessidade de se enfatizar as ações sobre a assistência estudantil na instituição. Para tanto, foi preciso desligar tais atividades da Pró-Reitoria de Ensino, a qual estava subordinada anteriormente.

Tem o objetivo de ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Em 2013, houve atraso na aplicação dos recursos em função do período de greve que prejudicou o início do ano letivo e, conseqüentemente, a matrícula dos novos estudantes da Universidade que não poderiam ficar alheios ao processo, mormente que a finalidade da aplicação do orçamento, fundamentalmente, é destinada aos alunos carentes que ingressam nos seus respectivos cursos.

Ainda que muitos alunos tenham sido beneficiados, considera-se exíguo o valor destinado aos diversos auxílios, principalmente porque esta Instituição está em plena expansão com o número de campus, cursos e conseqüentemente de alunos em crescimento, o que provoca um contingenciamento na distribuição dos montantes por tipo de assistência estudantil, em função da baixa disponibilidade financeira, principalmente para os estudantes do interior do estado que mais necessitam de auxílio e para onde mais tem crescido a Universidade.

A *Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLADI* é o órgão da universidade que tem a missão de coordenar e dirigir as atividades orientadas para a formulação, acompanhamento e avaliação de planos e projetos estratégicos, seguindo o modelo de gestão transparente e compartilhada com os demais gestores da Instituição (Pró-reitores, Diretores, Coordenadores) e representantes da sociedade interna e externa.

Criada em 2013, é resultado da divisão da Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão em duas outras pró-reitorias - a de Administração/Finanças e a de Planejamento e desenvolvimento - o que permitiu que ambas passassem a ter estrutura própria e assim pudessem fortalecer as ações sob suas responsabilidades. Possui em seus propósitos a criação de estratégias de gestão que permitam dialogar sobre a elaboração de metas e ações.

Em 2013, teve como principal desafio, iniciar a elaboração e desenvolvimento da metodologia do Planejamento Estratégico Institucional (Plain). Para tanto, inicialmente organizou uma série de eventos nos Institutos onde contou com a participação de diversos profissionais da área como palestrantes no Ciclo de Oficinas para o Planejamento Estratégico Institucional (Ciclopi).

Paralelamente a essa atividade, a Propladi contribuiu na emissão de pareceres sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRA, assim como participou da equipe que atua no Plano de Formação Docente (Parfor) para conhecer a dimensão do plano, os problemas enfrentados e as oportunidades que podem oferecer à UFRA com relação ao marketing institucional, e aos diversos grupos de interesse.

Merece destaque a contribuição da Propladi na elaboração do texto para nivelamento da alta gestão da UFRA sobre as estratégias adotadas pelo Ministério da Educação e por outros ministérios, com relação à expansão horizontal e vertical das Instituições Federais de Ensino Superior no âmbito da indústria da educação brasileira.

Por fim, a *Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP* passou a compor o organograma da UFRA em 2013, seguindo o propósito de implementar programas de educação e desenvolvimento voltados à valorização dos servidores e melhoria nas relações de trabalho, e utilizando como valores básicos : a Ética no serviço público; Integração e união da equipe; Compromisso com resultados e com a satisfação da comunidade (UFRA); Cordialidade no atendimento; Comprometimento nas realizações das tarefas, e agir de acordo com a Legalidade.

No ano de 2013, a prioridade foi de desencadear ações orientadas às competências organizacionais e aprendizagem de novas técnicas, sobretudo em função do avanço tecnológico e das mudanças corporativas. Em particular, enfatizou a continuidade da implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), adquirido junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e deu início ao processo de Mapeamento por Competências da instituição.

Manteve também, em pleno funcionamento, os setores: Divisão de Capacitação e Desenvolvimento – DCAD; Divisão de Saúde e Qualidade de Vida – DSQV; Seção de Cadastro – SC; Seção Financeira – SF; Seção de Direitos e Deveres – SDD.

1.5 Macroprocesso de Apoio

Obedecendo ao conceito publicado na decisão normativa que rege o presente relatório, traduziu-se macroprocessos como sendo os serviços oferecidos pelo conjunto de órgãos e setores da UFRA que, por suas finalidades específicas, estão integrados ao processo educacional desenvolvido pela instituição, dando suporte técnico, científico, informacional, logístico e sociocultural às atividades de pesquisa ensino e extensão. Elegemos os principais:

1. Biblioteca - Com objetivo de reunir subsídios capazes de facilitar as pesquisas realizadas pelos usuários, a Biblioteca dispõe de um acervo composto por vários tipos de documentos: livros, periódicos, dissertações e teses, coleções especiais, como as obras publicadas pela Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura da OEA-IICA, mapas, fitas de vídeo e títulos em CD-ROM. Destacando-se como um dos mais completos acervos na área de Ciências Agrárias da Região Amazônica.

2. Restaurante Universitário – O restaurante da UFRA atendeu, durante 2013, mais de 520 alunos (graduação e pós-graduação), distribuídos pelos campi, além de contemplar os servidores também, que pagam um pequeno valor, enquanto que para os alunos dos cursos de graduação a alimentação é gratuita. O Restaurante serve apenas almoço, e é importantíssimo para a permanência dos alunos do Campus. Em 2013,

iniciaram-se as obras para um novo RU, e, com a melhoria das instalações, espera-se aumentar em a quantidade de refeições servidas diariamente, o que permite atender a demanda gerada pela criação de novos cursos na sede e demais campi.

3. Centro de Cultura Física – O centro de cultura física é composto por quadras poliesportivas, ginásio de esporte, “fitness” e piscina. Em 2013, este setor atendeu aos alunos da graduação que participaram de diversos eventos como competições de futebol e afins. A unidade está sob a responsabilidade da PROEX /SQDV e também presta apoio ao Serviço Psicossocial da UFRA, principalmente com trabalhos junto à 3ª Idade, extensivo a moradores dos bairros do entorno.

4. Divisão de Saúde e Qualidade de Vida: Essa divisão alavancou o atendimento em 2013, beneficiando alunos, servidores e a comunidade externa, principalmente, em campanhas de vacinação, doação de sangue, gerenciamento dos exames médicos periódicos, entre outros serviços, por entender que o trabalho preventivo é essencial quando se fala em qualidade de vida.

5. Prefeitura: A prefeitura, além de gerenciar as obras estruturais da instituição, possui um setor responsável pela guarda e controle de veículos, que em 2013, tiveram o seu quantitativo aumentado através de novas aquisições.

1.6 Principais Parceiros

A UFRA possui uma Divisão de Contratos e Convênios, que é responsável pela relação bilateral entre a universidade e as diversas instituições, tanto privadas quanto públicas. Esta unidade funciona como reguladora de contratos, convênios e parcerias, sendo de responsabilidade dos setores de execução o gerenciamento e acompanhamento das atividades pactuadas. Nesse contexto, elencaremos as parcerias mais recorrentes administradas pela unidade em 2013.

Parceira da UFRA há muito tempo, a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias – FUNPEA é Pessoa Jurídica de Direito Privado, que goza de autonomia patrimonial, financeira e administrativa nos termos da lei, e que tem como objetivo estimular programas de desenvolvimento sustentado e proteção ao meio ambiente.

A Universidade mantém através do Programa Pró-PAZ/UFRA, uma importante parceria com o Governo do Estado do Pará. O programa visa atender crianças e adolescentes carentes dos bairros adjacentes ao pólo UFRA, com idade de 8 a 18 anos, que se encontram em condições socioeconômicas desfavoráveis.

Vale destacar, o financiamento de bolsas pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA, no âmbito dos projetos de pesquisa.

O estabelecimento de convênios e parcerias com outras instituições continuam sendo fortemente efetivados. Em 2013, para auxiliar a viabilização de sua atividade fim (Ensino, Pesquisa, e Extensão), a UFRA contou também com seguintes parceiros: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, Embrapa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Botucatu / SP; Universidade Federal do Pará - UFPA, Prefeitura Municipal de Belém, Governo do Estado do Pará, Instituto Evandro Chagas, Sol informática entre outros.

2. PARTE A, ITEM 2

2. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados

2.1 Planejamento da Unidade

No exercício de 2013, a Universidade Federal Rural da Amazônia foi reestruturada em seu organograma, passando a contar com sete Pró-reitorias, como já foi mencionado ao longo deste relatório.

A Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PROPLADI tem a missão de coordenar e dirigir as atividades orientadas para a formulação, acompanhamento e avaliação de planos e projetos estratégicos, seguindo o modelo de gestão transparente e compartilhada com os demais gestores da Instituição (Pró-Reitores, Diretores, Coordenadores) e representantes da sociedade interna e externa.

Dentre suas atribuições a PROPLADI irá acompanhar e executar o desenvolvimento do Plano de Gestão Institucional e de outros planos e projetos estratégicos da Instituição.

O Planejamento Estratégico da Unidade está sendo desenvolvido desde agosto/2013, através de uma metodologia de Ciclo de Oficinas para o Planejamento Estratégico Institucional, nomeada de CICLOPI, com a presença da comunidade interna (professores, servidores e alunos) e de profissionais com amplo conhecimento sobre a complexidade econômica, social, cultural e ambiental da Amazônia, a formação de capital humano e capital social e a necessidade de tecnologias apropriadas para os sistemas de produção rurais e industriais, para diagnosticar o ambiente atual da UFRA e repensar a sua trajetória de desenvolvimento com redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população da Amazônia.

O planejamento é um trabalho que está sendo desenvolvido com a ação conjunta de todos os grupos de interesse da instituição para gerar de forma compartilhada e contínua o conhecimento profundo dos ambientes interno e externo em que opera, envolvendo os agentes externos (instituições, profissionais e a comunidade influenciada) e internos com vistas para definir e implantar estratégias competitivas capazes de alcançar sua missão e preservar seus valores.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1 Ações

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12364.2032.4002.0015			Tipo: Atividade		
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	Ampliação do acesso da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência. Código: 03GA					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudo em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032					
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.971.713,00	1.971.713,00	1.955.450,12	1.404.359,15	1.404.359,15	-	551.090,97
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Aluno Assistido			Unidade	804	804	884
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
551.090,97	181.964,63	-	Aluno Assistido		unidade	884

Os recursos aplicados expostos nas tabelas abaixo, são relativos ao período de janeiro a agosto de 2013. Os alunos atendidos são os remanescentes dos editais de 2012, cujos orçamentos

são relativos a esse ano de 2012 e os alunos que foram incorporados ao programa PNAES a partir de julho de 2013 com orçamento de 2013.

A causa principal do atraso no início do pagamento e consequentemente aplicação das verbas de 2013 deveu-se ao período de greve que atrasou o início do ano letivo deste ano.

Tabela 3 – Demonstrativo dos tipos e quantidade de auxílios atendidos por campus

AUXÍLIO/CAMPUS	BELÉM	CAPITÃO POÇO	PARAGOMINAS	PARAUPEBAS	CAPANEMA	TOTAL DE ALUNOS
Moradia	11	8	6	9	22	56
Creche	5	0	5	1	0	11
Transporte	34	8	11	6	6	65
Alimentação	470	15	21	16	5	527
TOTAL	520	31	43	32	33	659

Tabela 4 – Valores aplicados nos diversos auxílios no período de janeiro a agosto de 2013

AUXÍLIO/CAMPUS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Moradia	330,00	147.840,00
Creche	250,00	22.000,00
Transporte	80,00	31.200,00
Alimentação	100,00	316.200,00
TOTAL		517.240,00

Como afirmamos anteriormente houve atraso na aplicação dos recursos no ano de 2013 em função do período de greve que atrasou o início do ano letivo e, consequentemente, a matrícula dos novos estudantes da Universidade que não poderiam ficar alheios ao processo, mormente que a finalidade da aplicação do orçamento, fundamentalmente, é destinada aos alunos carentes que ingressam nos seus respectivos cursos.

Ainda consideramos exíguo o valor destinado aos diversos auxílios para os nossos alunos, principalmente porque esta Instituição está amplamente em expansão com o número de campus, cursos e consequentemente de alunos em crescimento.

Esta baixa disponibilidade financeira provoca um contingenciamento na distribuição dos montantes por tipo de assistência estudantil, principalmente para os estudantes do interior do estado que mais necessitam de auxílio e onde mais tem crescido a nossa Universidade.

Tem sido constante a transferência de valores de um ano para o outro subsequente, não só pela razão das greves, mas, também, porque o volume disponibilizado das verbas pelo MEC sempre chegam nos meados do 1º semestre letivo, quando temos então condições de lançar os editais com as respectivas dotações de valores por auxílio.

Com a experiência adquirida ao longo destes cinco anos que estamos inseridos no programa, elencamos estes quatro tipos de assistências por entendermos serem as principais demandas de nossos alunos, porém, se o orçamento for aumentado, com certeza outros tipos de auxílios poderão ser incorporados a estes.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12364.2032.20RK.0013				Tipo: Atividade	
Título	Funcionamento de Instituições de Ensino Superior					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade. Código: 03GD					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032					
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.782.618,00	14.192.749,00	14.186.677,86	11.787.482,25	11.737.878,63	51.539,23	2.399.195,61
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Aluno Matriculado			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				4.100	4.100	3.405
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.399.195,61	501.835,93	5.920,00	Aluno matriculado	unidade	3.956	

Os valores recebidos da matriz O.C.C. financiaram ações diversas para o funcionamento da IFES. Estas ações garantiram a execução do ensino, da pesquisa e da extensão. A matriz O.C.C., também conhecida como matriz ANDIFES, trabalha como base o aluno equivalente e, através deste indicador, gera um valor orçamentário que, em teoria, garante a sustentabilidade da Instituição.

A meta apresentada para o ano de 2013 só será alcançada no ano de 2014 com entrada de novos alunos oriundos dos novos cursos aprovados pelo MEC. Houve acréscimo do valor orçamentário para a Matriz, pois aconteceu retorno de crédito que não foi executado no ano anterior, por isso o valor ultrapassou os 14 milhões de reais, o que podemos considerar como crédito adicional. Este valor foi utilizado especificamente em ações de custeio, englobando serviços de terceirizada, diárias e passagens, material de consumo (combustível, material de expediente, etc), e outros custos diversos.

Há fatores intervenientes que, em maior ou menor proporção, dificultam a execução do orçamento. A deficiência de mão de obra nos processos de licitação, a demora na análise dos processos envolvidos, a preparação dos argumentos e justificativas são fatores que por vezes ocasionam dificuldades no atendimento de algumas metas. A demora nas ações e o tempo exíguo acabam por ocasionar licitações tardias que resultam em empenhos como resto a pagar. Nos últimos anos estamos trabalhando com repasse dos limites orçamentários de forma controlada, mas felizmente não tivemos problemas para garantir os empenhos, sendo o maior problema a falta de pessoal suficiente para desenvolver as ações em tempo hábil, o que resultada, como citado, demora na execução e consequentemente empenhos no limite do encerramento do exercício, o que acaba por resultar o resto a pagar. Temos tentado planejar as ações o mais breve possível, mas

infelizmente sofremos com a falta de proatividade de muitos dos envolvidos, o que resultada em problemas pontuais que demoram a ser solucionados.

A UFRA tem investido na renovação do seu quadro de funcionários, investiu no desenvolvimento de sistemas para acompanhamentos de processos, investiu na capacitação técnicas dos profissionais envolvidos em aquisições e vem aos poucos mitigando os principais entraves que geravam dificuldades no atendimento das metas.

A entrada de novos alunos só foi possível por que houve um acréscimo nos valores de custeio o que já era esperado, uma vez que as novas vagas só foram possíveis com a criação de novos cursos e novos cursos resultaram em elevação dos gastos de custeio (energia, manutenção, apoio de terceirizada, etc). É importante destacar que a permanência destes alunos só foi garantida com a constância dos serviços de manutenção, estruturação, apoio aos docentes e servidores não docentes, que puderam desenvolver suas atividades com as ferramentas adequadas e que, só seriam possíveis, com os investimentos recebidos.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12364.2032.2010.0015				Tipo: Atividade	
Título	Assistência Pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MEC				Código: 2109	
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
72.000,00	81.100,00	77.695,20	77.695,20	77.695,20	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Criança Atendida		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			91	95	96	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A meta física e financeira da ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares foi projetada de forma a alcançar todos os servidores da UFRA que possuem filhos ou dependentes na faixa etária de 0 à 6 anos de idade. Todos os servidores que se enquadram nas exigências do Decreto nº 977, de 10/11/1993 e que protocolaram o pedido de auxílio tiveram seus processos deferidos e pagos no ano de 2013.

O fator que mais contribuiu para a superação dos resultados esperados no exercício foi a renovação do quadro de servidores da UFRA em faixa etária reprodutiva.

Não há restos a pagar e nem ações prioritárias na LDO.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12364.2032.2004.0015			Tipo: Atividade		
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados militares e seus dependentes					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MEC			Código: 2109		
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.057.105,00	1.255.163,00	1.254.634,90	1.157.566,66	1.157.566,66	-	97.068,24
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Beneficiada			Unidade	842	842	420
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
97.068,24	-	-	-	-	-	

A meta física e financeira da ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes foi projetada de forma a alcançar todos os servidores da UFRA, porém muitos servidores são dependentes em outros planos de saúde, fato que inviabiliza o ressarcimento per capita à Saúde Suplementar. Todos os servidores que protocolaram seus pedidos de ressarcimento tiveram os processos analisados e deferidos, quando os autos se apresentaram de acordo com as exigências da Portaria Normativa nº 3, de 30 de julho de 2009.

O maior evento que prejudicou o desenvolvimento da ação para o alcance da meta física refere-se ao fato de muitos servidores serem dependentes em outros planos de saúde, fato que impossibilita o ressarcimento per capita à Saúde Suplementar.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12331.2109.2011.0013			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da MEC			Código: 2109		
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
209.448,00	240.448,00	230.325,77	230.325,77	230.325,77	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Pessoa Beneficiada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			97	250	268	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

O auxílio-transporte é um benefício ao qual os servidores e empregados públicos da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações têm direito. O pagamento deste auxílio é feito pela União, em pecúnia, possui natureza jurídica indenizatória e é destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores nos deslocamentos de suas residências para os locais do trabalho e vice-versa.

A determinação legal que rege a concessão do auxílio-transporte encontra-se nos seguintes documentos: Lei 7.418/85; Decreto nº 2.880/1998; Medida Provisória nº 2.165/2001; Orientação Normativa nº 04/2011; Nota Informativa nº 739/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP. Todos os servidores da UFRA que se enquadram nas exigências legais e que protocolaram o pedido de auxílio tiveram seus processos deferidos e pagos no ano de 2013.

O fator que mais contribuiu para a superação dos resultados esperados no exercício foi a renovação do quadro de servidores da UFRA, que se enquadram nas exigências legais para a concessão do auxílio.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12331.2109.2012.0013				Tipo: Atividade	
Título	Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da MEC				Código: 2109	
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.460.000,00	3.244.600,00	3.204.232,05	3.204.232,05	3.204.232,05	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Pessoa Beneficiada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			674	674	710	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A meta física e financeira da ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares foi projetada de forma a alcançar todos os servidores da UFRA. O referido auxílio é devido a todos os servidores públicos federais pertencentes ao quadro de pessoal das Autarquias, por determinação da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, portanto, todos os servidores da UFRA em efetivo exercício recebem o auxílio.

O fator que contribuiu sobremaneira para a superação dos resultados esperados no exercício foi a renovação do quadro de pessoal do corpo docente e técnico-administrativo.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12364.2032.20RJ.0015			Tipo: Atividade		
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica					
Iniciativa	Consolidação política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente. Código: 02BQ					
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597					
Programa	Educação básica			Código: 2030		
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
338.820,00	338.820,00	301.213,40	283.809,19	277.234,57	6.574,62	17.404,21
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Beneficiada			Unidade	1.150	1.150	1.455
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
17.404,21	7.146,75	-	Pessoa Beneficiada	unidade	1.455	

A execução das metas físicas das ações frente à sua execução financeira obteve êxito devido Realizar o que estava definido e estabelecido no plano de trabalho. As ações foram direcionadas com foco no estado do Pará, implementando formação continuada na área de Inclusão Digital e o acesso as Tecnologias Assistivas para professores da rede pública de ensino. Foi ofertado curso de 30 municípios polos e alcançados 60 municípios e 1.455 professores qualificados. O recurso financeiro alocado foi devidamente aplicado sem necessidade de créditos adicionais ou cancelamento nas dotações.

O recurso financeiro alocado foi devidamente sem necessidade de créditos adicionais ou cancelamento nas dotações.

Não ocorreram eventos que pudessem ter prejudicado com relevância o desenvolvimento das ações. Um dos problemas que se repetiu em 2013 foi quanto ao processo de licitação devido a empresa fornecedora do material estar com CNPJ não autorizado no SICAF, mas ressalta-se que este fator não interferiu na execução e andamento das ações do programa.

Quanto as ações prioritárias na LDO, foram realizadas dentro do prazo previsto e com a aplicação dos recursos adequados para ações definidas, com empenho maior que 50%. Não ocorreram eventos dos quais houvesse necessidades da interveniência de outros setores.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12364.2032.20GK.0015			Tipo: Atividade		
Título	Fomento às Ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no sistema nacional de pós-graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantindo a equidade étnico-racial e de gênero. Código: 0390					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 0597					
Programa	Educação básica			Código: 2030		
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.913.464,00	3.527.068,00	1.139.815,63	624.640,27	624.640,27	-	515.175,36
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Projeto Apoiado		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			6	5	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
515.175,36	58.479,85	-	Projeto Apoiado	unidade	6	

Os resultados de 2013, denotam bons resultados quanto a projetos pela captação de recursos de chamadas públicas.

Houve mudança de gestão no início do segundo semestre, com isso houve a necessidade de estudos sobre a atual situação da Pró-Reitoria, para conhecimento da equipe, das atribuições e elaboração de planejamentos e reestruturação para suprir as necessidades internas para respostas às demandas.

O incremento do número de programas e projetos de extensão, de forma significativa ao longo dos últimos anos, tem se verificado, principalmente na época de lançamento dos Editais da Pró-Reitoria para concessão de auxílios estudantis, através da inscrição e seleção de discentes em programas e projetos de extensão cadastrados na Pró-Reitoria.

Esses editais, ainda necessitam de uma maior contribuição em termos de resultados e produtos obtidos. No que tange a aplicação do volume de recursos do PROEXT, mesmo com os esforços empreendidos, problemas ainda ocorrem com os processos licitatórios para a sua aplicação, proporcionando devolução de um percentual considerável de recurso financeiro.

Destaca-se a participação de alunos em Treinamento Voluntário, que vem aumentando a cada ano com o engajamento dos alunos nas atividades de programas e projetos, contribuindo para sua formação acadêmica.

Os programas e projetos aprovados pelo governo federal e outras fontes de financiamentos viabilizam ações em diversos municípios e comunidades rurais, como os da ITES – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários, do Projeto Carroceiro, do Projeto Vida Digna, do Programa EVRA – Escola de Vida Ribeirinha Amazônica, do Projeto de Sustentabilidade/ Região das Ilhas, o Programa Acessar, o Programa de Direitos Humanos, entre tantos outros, que envolvem

um número significativo de alunos na sua implementação, somando-se aos que são mantidos ao longo dos anos na Instituição.

A área cultural representada principalmente pela Dança, apoiada pela Pró-Reitoria para o fortalecimento da extensão da UFRA, continuou a se destacar, externamente, na mídia. Em relação ao esporte, o apoio aos alunos atletas, servidores, docentes e comunidade externa, se refletiu no número de pessoas que utilizaram as dependências do Polo Poliesportivo e até nas premiações recebidas pelas equipes de handebol masculina e feminina de discentes, que inclusive representaram o Estado do Pará em competições universitárias nacionais.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	12128.2109.4572.0015			Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código: 2109	
Unidade Orçamentária	26253					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
352.394,00	533.266,00	72.544,69	37.495,11	37.495,11	-	35.049,58
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Servidor capacitado			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				300	300	123
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
35.049,58	1.858,00	-	Servidor capacitado	unidade	123	

A meta física frente a execução financeira foi alcançada em 41%, não por problemas relacionados a execução orçamentária e financeira, mas em virtude das dificuldades internas encontradas para a seleção interna de facilitadores com perfil adequado à demanda dos cursos planejados, já que a UFRA é uma Universidade com perfil, eminentemente, Agrário.

Outro entrave encontra-se relacionado ao atendimento de demandas de grupos específicos, com número reduzido de servidores a serem capacitados que não justificam o investimento de pagamento para fechamento de uma turma.

Durante o exercício de 2013, foram planejados 16 (dezesseis) cursos de capacitação, dos quais foram executados 14 (quatorze), alcançando um total de 123 (cento e vinte e três) servidores capacitados.

Apesar de não ter alcançado a meta estabelecida, todos os cursos promovidos foram de grande relevância para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades dos servidores participantes.

Dentre os eventos que prejudicaram o desenvolvimento da Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, encontram-se: a falta de facilitadores capacitados ou disponíveis no serviço público federal nas áreas de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS; número reduzido de servidores na equipe da Divisão de Capacitação (DCAD); falta de uma central de reprografia.

Dentre os fatores que facilitam o desenvolvimento da ação, encontram-se: novas instalações da DCAD; a disponibilidade de material permanente e de consumo; a montagem do laboratório de informática; o recurso disponibilizado para a capacitação.

2.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	12364.2032.8282.0015			Tipo: Atividade			
Descrição	Reestruturação e Expansão de IFES						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização de capacidade instaladas das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade. Código: 03GD						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032						
Unidade Orçamentária	26253						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015	62.052.426,00	62.953.699,00	54.312.207,30	20.993.759,65	19.669.869,86	1.425.889,79	33.318.447,65
0284	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0015	Vaga Disponibilizada		Unidade	302	302	103	
0284	Vaga Disponibilizada		Unidade	1	1	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado 0,	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015	33.318.447,65	4.926.038,94	-	Vaga Disponibilizada	Unidade	9	
0284	-	-	-	Vaga Disponibilizada	Unidade	-	

Segue a discriminação da aplicação dos recursos orçamentários e financeiro pela UFRA, consignados no orçamento de 2013 e disponibilizados pelo MEC via Lei Orçamentária, cuja denominação é Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior, a qual tem como finalidade primordial ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, da concessão

de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos, promovendo desta forma o apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas universidades federais, no exercício de sua autonomia, que busquem o aumentar o número de estudantes e reduzam a evasão, aproveitando completamente a estrutura instalada e a adequando-se a modernidade, e assim possibilitar a elevação da mobilidade, e assim possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de novas vagas, principalmente no período noturno, promovendo a capacitação dos recursos humanos em busca da otimização da relações aluno/docente/servidor, bem como aumentar o número de concluintes dos cursos de graduação.

A diferença entre a Dotação inicial e o valor efetivamente empenhado, deu-se em razão da frustração de licitações relativa a obras, bem como pela não liberação de limite orçamentário referente ao valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados ao Município de Capanema/PA (Localizador 0284). Em conformidade com as regras do SIMEC, o cálculo efetivo para determinação do alcance das metas é feita com base no valor liquidado e não empenhado.

A seguir uma tabela resumo com a discriminação dos itens das despesas e seus respectivos valores, pagas com os recursos desta Ação:

Tabela 5 – Execução Orçamentária – 2013

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS
339014	Diárias – Pessoal Civil	85.279,63
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	557.272,00
339030	Material de Consumo	395.551,78
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	1.260,83
339036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	305.673,25
339037	Locomoção de Mão-de-obra	9.902.669,87
339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.272.931,16
339139	Outros Serviços – Pes. Jurid. – Op. Intra – Orç.	102.304,48
449000	Aplicações Diretas	0,00
449039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	14.400,00
449051	Obras e Instalações	21.127.259,18
449052	Equipamentos e Material Permanente	16.547.605,12
TOTAL		54.312.207,30

3. PARTE A, ITEM 3

3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança da UFRA encontra sua base no regimento institucional, apresentando-se na seguinte forma hierárquica através de sua Administração Superior, da qual fazem parte os órgãos: Assembleia Universitária, Conselho Universitário, Conselho Consultivo, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Administração, Conselho Curador e Reitoria.

A Assembleia Universitária reúne todos os segmentos da comunidade regularmente estabelecidos, para análise anual das atividades desenvolvidas pela instituição, tomar conhecimento dos planos para o exercício seguinte, participar dos atos de colação de grau dos cursos mantidos pela Universidade e entregar títulos e dignidades acadêmicas.

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo máximo da universidade, com composição e atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da instituição e pelo Regimento Geral. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo quatro vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu

presidente, a requerimento da maioria de seus membros titulares ou quando requerido por, pelo menos, dois segmentos da comunidade universitária, com indicação dos motivos da convocação para aprovar as políticas da Universidade; julgar, como instância revisora, os recursos de decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Administração; propor a reforma do Estatuto da Universidade de acordo com o Art. 79, Parágrafo Único, das Disposições Gerais e Transitórias do referido estatuto; aprovar a reforma deste REGIMENTO GERAL, através da convocação de comissão paritária dos segmentos representativos da comunidade; homologar e encaminhar para nomeação pelo Presidente da República, os nomes do Reitor e Vice-Reitor, eleitos pela comunidade; aprovar a proposta orçamentária da Universidade; aprovar o parecer do Conselho Curador, referente à prestação de contas anual da Reitoria; aprovar prêmios pecuniários, títulos honoríficos e/ou dignidades acadêmicas; dispor sobre os símbolos da Universidade; homologar a representação das entidades da Sociedade Civil, a que se refere o artigo 14, § 4º do Estatuto desta Universidade; aprovar o Plano Anual de Atividades, O Plano de Desenvolvimento Institucional e o Calendário da Universidade e aprovar atribuições e normas de funcionamento do Conselho Consultivo.

O Conselho Consultivo é o órgão superior de interação entre a UJ e a Comunidade Externa, e é responsável pela discussão dos objetivos estratégicos que são implementados pela instituição, de modo a permitir que as ações desenvolvidas no âmbito de suas funções institucionais tenham eficácia e sejam de interesse compartilhado por todos os grupos a que estejam vinculadas as suas atribuições, de acordo com o planejamento estratégico da Universidade.

É composto pelo Reitor, como secretários executivos, e representantes das organizações civis vinculadas à missão da Universidade. Estes últimos, em número de vinte e um, são indicadas pela Assembleia Universitária, para compor o Conselho Consultivo. Reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente ou a requerimento da maioria simples dos seus membros, com indicação dos motivos da convocação.

Ao Conselho Consultivo compete opinar sobre diretrizes e políticas globais da Universidade e outros assuntos similares; sugerir medidas relativas à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão da Universidade com os órgãos do setor rural da região, bem como outros segmentos da sociedade; e conhecer os programas e orçamentos anuais da Instituição.

O Conselho de ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão deliberativo e consultivo da Universidade em matéria didática e científica. Ao este conselho compete: julgar recursos de decisão da Reitoria, dos Institutos e das Coordenadorias de Curso em matéria didática e científica; estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pósgraduação; baixar normas que visem o aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados nos processos seletivos, bem como sobre os de verificação da aprendizagem nos cursos da Universidade; aprovar a criação, transformação e supressão de cursos e modificação de currículo; dispor sobre a aplicação dos Fundos Especiais de Pesquisa e Extensão; propor a concessão de diploma de Doutor e Professor "*Honoris Causa*", e "Professor Emérito"; e aprovar o calendário acadêmico da UFRA. Reúne-se, ordinariamente, seis vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com indicação dos motivos da reunião. O comparecimento às reuniões do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão é obrigatório, com preferência sobre qualquer outra atividade universitária.

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Universidade em matéria de planejamento e gestão. As normas de funcionamento e as competências do Conselho de Administração são estabelecidas em Regimento Interno elaborado por seus membros e aprovado pelo Conselho Universitário. Reúne-se, ordinariamente, no mínimo seis vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com indicação dos motivos da reunião.

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização em assuntos econômico-financeiros da Universidade. Os membros do Conselho Curador não podem estar exercendo funções na administração da Universidade. As reuniões do Conselho Curador são presididas por um de seus

membros, eleito entre estes, por maioria simples, para um mandato de dois anos, a exceção do representante do Ministério da Educação, não sendo permitida a recondução.

A Reitoria é o órgão executivo da administração superior, sendo exercida pelo Reitor e pelo Vice-Reitor em suas faltas e impedimentos, ambos eleitos e nomeados de acordo com o Art. 26 do estatuto da Universidade.

O Reitor é o representante legal da Universidade Federal Rural da Amazônia em todos os atos e feitos judiciais e extrajudiciais, cabendo-lhe administrar, supervisionar e coordenar as atividades universitárias na forma prevista no Estatuto, no Regimento Geral e no Regimento Interno da Reitoria. Conta ainda com serviços próprios para desempenho de suas atividades, conforme disposto em seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. Para desempenhar suas atividades, conta com uma estrutura administrativa organizada da seguinte maneira: Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Estratégicos, Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional, Assessoria de Comunicação, Secretaria geral e dos Conselhos Superiores, Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo e Auditoria Interna.

A Universidade também mantém, de maneira permanente, um sistema de avaliação com vistas a acompanhar o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, tanto para subsidiar o Relatório de Gestão quanto para se constituir em um mecanismo de garantir padrões elevados e melhoria contínua da qualidade da instituição.

A avaliação da instituição é coordenada pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPAI). Com atuação autônoma em relação aos conselhos de demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior, a Comissão Própria de Avaliação é uma exigência da LEI N. 10.861, de 14 de abril de 2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A CPAI subsidia as coordenadorias de cursos e as demais unidades técnico-administrativas no estabelecimento dos padrões acadêmicos e nos procedimentos para melhorar e garantir a qualidade da instituição. Além disso, deve proceder a formulação de suas normas de funcionamento, em forma de regimento interno, devendo submetê-lo ao Conselho Universitário. Também submete à comunidade universitária os resultados obtidos no sistema de avaliação, pelo menos uma vez por ano, através de uma Assembleia Universitária reunida extraordinariamente com esta finalidade. O primeiro relatório da Universidade Federal Rural da Amazônia foi emitido em 2006, e encontra-se disponível no site da instituição, em aba própria.

Em 2013, foi criada a Comissão de Ética, prevista no inciso IV, do art. 76 do Estatuto da Universidade, tem caráter permanente com as finalidades de estimular as discussões e incorporação da postura ética em todos os setores e ações da Universidade, sendo constituída por quinze membros, sendo doze efetivos e três suplentes, eleitos por seus pares, para um mandato de dois anos, renovável por mais dois anos.

Compete a esta comissão: estimular, no âmbito da Universidade, através dos setores competentes, o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração no campo da ética, dos direitos humanos e dos princípios de proteção e respeito aos animais e a biossegurança; promover seminários, simpósios e outros eventos correlatos, que propiciem a difusão e a conscientização de condutas éticas; analisar, do ponto de vista ético e de biossegurança, inovações e procedimentos científicos, tecnológicos e culturais, inclusive para atender órgãos e publicações que demandam este nível de análise; divulgar documentos de caráter nacional ou internacional que contribuam para a informação da comunidade universitária sobre temas e questões éticas relevantes; avaliar e decidir, em grau de recurso, sobre questões éticas que tenham sido objeto de discussão pelas comissões setoriais, podendo, inclusive, em caráter extraordinário, avocá-las em circunstância de especial relevância para a Universidade; estabelecer normas de organização e funcionamento, obedecendo à legislação vigente.

3.2 Avaliação de Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		x			
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as			x		

direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
<p>Análise Crítica: O controle está associado à diminuição da incerteza em relação a eventos futuros. Pelo porte que a Ifes se tornou nos últimos anos, um controle eficiente certamente que terá como consequências a mitigação de falhas que tragam prejuízos de ordem geral. Tudo estará sobre controle se o grau de dúvida em relação aos procedimentos de todas as atividades, e suas consequências, estão dentro de um limite tolerável. Isto quer dizer que quanto melhor o controle, menor o risco. A necessidade de alcançar este controle fez com que a UFRA adquirisse no ano de 2010/2011 um programa com diversos sistemas construídos por dezenas de módulos específicos de controle. Dentro do sistema administrativo podemos citar o controle de documentos (memorandos, processos, documentos, etc.), o controle de contratos e licitações, o controle de veículos e o sistema organizacional do transporte, o controle na solicitação de material, o controle do inventário, o controle do recurso humano efetivo e outros. No campo acadêmico existe os módulos de graduação, extensão e pós-graduação. Da aquisição até o momento estamos com diversos módulos funcionando e entendemos que a documentação possui maior controle, que as informações estão mais organizadas, que conseguimos gerar histórico para justificar melhor as ações de aquisições e que conseguimos gerenciar via on-line as diversas situações que a UFRA desenvolve. A Superintendência de Tecnologia, Informação e Comunicação (STIC) trabalha arduamente para manter um nível adequado de controle, seguindo a atualidade de que as informações e consultas se encontram em sistemas específicos, cada vez mais eficientes e seguros. Atendemos as documentação legal para funcionamento da estrutura de T.I. (PDTI e afins). Todos os processos de compras da área de T.I. passam por um plano previamente aprovado pelo comitê gestor. Investimos em segurança para os provedores do sistema de internet e email, garantindo informação segura, rápida e estável. Infelizmente, na velocidade em que algumas ações se concretizaram, outras ainda carecem de uma melhor estruturação. Citamos a ouvidoria e a comissão de ética que ainda patina na burocracia interna e desistência constante de membros e responsáveis. Também justificado pela confusão regimental que encontra-se em estudo para apresentação e posterior aprovação de um novo Regimento Geral da UFRA. As normas internas são aprovada via seus conselhos e resultam em resoluções que ditam os procedimentos adotados para diversas ações. Todos os processos relacionados a aquisições passam pela análise do jurídico, assim como outros (convênios, termo de cooperação, associações, etc.). Há uma rotina para diversas ações relacionadas a solicitação de materiais, serviços, etc. Há informações online de praticamente todas as unidades funcionais da UFRA, sendo um importante canal de comunicação interna e externa. Adotamos “check list” para as ações sequenciais e usamos como modelos os sugeridos pelos órgão de controle como o TCU. Houve publicação de manuais gerais e específicos para solicitações como diárias e passagens, confecção de termos de referencia, descentralização de recursos internamente, fluxograma de andamento dos documentos. Mais recentemente estamos cobrando de todas a unidades executoras que criem procedimentos operacionais padrões (POP) para diversas e pequenas ações que deixam dúvidas e que muitas vezes dificultam o controle. Infelizmente algumas unidades demoram para responder e por vezes não atendem as solicitações. Quando isso acontece fazemos a comunicação de cobrança, mas ainda há resistência na finalização. É muito importante esclarecer que possuímos um sistema de controle robusto que está em funcionamento parcial (cerca de 40%) e que já é de grande valia para a operacionalização das ações diárias em todas a diretrizes da UFRA (administrativa e acadêmicas). Embora estejamos realizando controles em diversas ações, não possuímos um plano geral com metas, estudo do ambiente de risco e indicadores que permitam identificar caminhos a seguir. O documento que orienta e que é mais próximo disto é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Recentemente a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional está finalizando um estudo para estruturação de um planejamento estratégico. Este documento já está pronto e foi recentemente divulgado para a comunidade interna para que possa ser visto e sofrer, se necessário, adequações e sugestões. Esperamos que em mais 12 meses consigamos consolidar o programa e com isso alcançar um nível de controle bem maior. Contamos também atualmente com uma auditoria interna atuante que aciona parte das ações de controle e que resultam em menos erros e falhas nos diversos processos que recebemos e impetramos ao longo do ano.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos

A instituição está trabalhando no desenvolvimento de tais indicadores.

4. PARTE A, ITEM 4

4. Tópicos Especiais de Execução Orçamentária e Financeira

4.1 Execução de Despesas

4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária :		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		80.588.705,00	-	34.231.468,00	
CRÉDITOS	Suplementares	20.339.817,00	-	3.967.279,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		100.928.522,00	-	38.198.747,00	
Dotação final 2012(B)		86.762.770,00	-	27.001.150,00	
Variação (A/B-1)*100		16,33	-	41,47	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		49.998.520,00	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	1.194.823,00	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	16.066.173,00	-	-
		Reabertos	-	-	-
Créditos Cancelados		(17.099.637,00)	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2013 (A)		50.159.879,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		23.953.447,00	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		109,41	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial Web

4.1.1.1 Análise Crítica

As dotações dos grupos em questão, referentes as despesas de pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes consignadas a esta unidade orçamentária na LOA de 2013 atenderam as necessidades desta Universidade, logicamente acrescido dos créditos suplementares, que são recursos necessários a programação orçamentária, obedecendo a um cronograma de desembolso para o exercício em questão.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110008	-	20608205220Y	-	-	2.519.061,30
Recebidos	-	153034	00001	-	-	2.519.061,30
Concedidos	533013	-	061822040817	-	-	50.000,00
Recebidos	-	153034	26000	-	-	50.000,00
Concedidos	533013	-	195722022145	-	-	999.505,08
Recebidos	-	153034	426000	-	-	999.505,08
Concedidos	533013	-	22333202920N	-	-	1.000.000,00
Recebidos	-	153034	K6000	-	-	1.000.000,00
Concedidos	154003	-	123642032048	-	-	328.376,06
Recebidos	-	153034	70001	-	-	328.376,06
Concedidos	154003	-	12368203020R	-	-	2.209.543,66
Recebidos	-	153034	J0001	-	-	2.209.543,66
Concedidos	150014	-	123012109200	-	-	5.720,00
Recebidos	-	153034	440053	-	-	5.720,00
Concedidos	152734	-	123642032400	-	-	564.172,13
Recebidos	-	153034	50001	-	-	564.172,13
Concedidos	153034	-	121282109457	-	-	3.250,00
Recebidos	-	153063	20015	-	-	3.250,00
origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110008	-	20608205220Y	2.776.750,00	-	-
Recebidos	-	153034	00001	2.776.750,00	-	-
Concedidos	154003	-	12364203220G	435.600,00	-	-
Recebidos	-	153034	K0001	435.600,00	-	-
Concedidos	533013	-	195722021454	399.843,20	-	-
Recebidos	-	153034	26000	399.843,20	-	-
Concedidos	533013	-	22333202920N	500.000,00	-	-
Recebidos	-	153034	K6000	500.000,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial Web

No intuito de cumprir os objetivos institucionais esta Unidade Orçamentária através de sua administração, desenvolve ações importantes para os diversos setores de ensino, pesquisa e extensão. Tais ações são desenvolvidas por meio de dotações orçamentárias. A execução se desenvolveu com normalidade no que tange aos créditos orçamentários e suplementares embasados na legislação vigente, sendo sua execução efetuada ao longo do exercício.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: UFRA		Código UO: 26253		UGO: 26253	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	24.110.093,52	19.155.594,45	23.225.015,65	18.781.492,64	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	618.602,58	709.745,45	618.602,58	709.745,45	
c) Concorrência	3.383.072,67	1.387.190,11	3.383.072,67	1.387.190,11	
d) Pregão	20.108.418,27	17.058.658,89	19.223.340,40	16.684.557,08	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	5.563.015,37	2.499.383,93	5.068.295,21	2.392.821,65	
h) Dispensa	4.803.612,82	2.267.885,26	4.381.709,82	2.161.322,98	
i) Inexigibilidade	759.402,55	231.498,67	686.585,39	231.498,67	
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-	
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	98.126.017,50	91.128.836,31	98.092.200,80	91.128.836,31	
k) Pagamento em Folha	96.971.296,07	90.332.823,70	96.937.479,37	90.332.823,70	
l) Diárias	1.154.721,43	769.012,61	1.154.721,43	796.012,61	
5. Outros	8.989.797,14	2.219.520,89	8.989.527,14	2.047.163,29	
6. Total (1+2+3+4+5)	136.788.923,53	115.003.335,58	135.375.038,80	114.350.313,89	

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Neste quadro demonstra-se o detalhamento por modalidade de licitação, contratações diretas e pagamento de pessoal mais diárias, expressando o movimento registrado por modalidade de contratação da unidade orçamentária durante o exercício. Mostrando também movimento, registrando o processo licitatório a que foi submetido.

4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: UFRA		Código UO: 26253		UGO: 26253	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	24.110.093,52	19.155.594,45	23.225.015,65	18.781.492,64	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	618.602,58	709.745,45	618.602,58	709.745,45	
c) Concorrência	3.383.072,67	1.387.190,11	3.383.072,67	1.387.190,11	
d) Pregão	20.108.418,27	17.058.658,89	19.223.340,40	16.684.557,08	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	5.563.015,37	2.499.383,93	5.068.295,21	2.392.821,65	
h) Dispensa	4.803.612,82	2.267.885,29	4.381.709,82	2.161.322,98	
i) Inexigibilidade	759.402,55	231.498,67	686.585,39	231.585,39	
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-	
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	98.126.017,50	91.128.836,31	98.092.200,80	91.128.836,31	
k) Pagamento em Folha	96.971.296,07	90.332.823,70	96.937.479,37	90.332.823,70	
l) Diárias	1.154.721,43	796.012,61	1.154.721,43	796.012,61	
5. Outros	8.989.797,14	2.219.520,89	8.989.527,14	2.047.163,29	
6. Total (1+2+3+4+5)	136.788.923,53	115.003.335,58	135.375.038,80	114.350.313,89	

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Neste quadro demonstra-se o detalhamento por modalidade de licitação, contratações diretas e pagamento de pessoal mais diárias, expressando o movimento registrado por modalidade de contratação da unidade orçamentária durante o exercício, mostrando também o movimento, registrando o processo licitatório a que foi submetido.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: UFRA			Código UO: 26253			UGO: 26253		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
3190.11 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	59.254.984,41	50.840.445,34	59.254.984,41	50.840.445,34	-	-	59.242.041,52	50.832.922,23
3190.01 – Aposentadoria, reserva remunerada e reformas	16.463.515,85	14.674.183,07	16.463.515,85	14.674.183,07	-	-	16.463.262,23	14.674.183,07
3190.13 – Obrigações patronais	11.757.956,01	10.256.076,60	11.757.956,01	10.256.076,60	-	-	11.737.335,82	10.255.443,14
Demais elementos do grupo	9.494.839,80	9.771.502,04	9.494.839,80	9.757.946,64	-	-	9.494.839,80	9.757.946,64
3190.91 – Sentenças judiciais	-	-	-	-	-	13.555,40	-	-
2. Outras Despesas Correntes								
3390.39 – Serviços de terceiros – pessoa jurídica	-	-	-	-	1.968.889,62	-	-	-
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	-	663.796,66	-	-	-
3390.18 – Auxílio financeiro a estudantes	-	-	-	-	553.842,82	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	29.593,32	-	-	-
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	-	-	946.873,08	-	-
3390.18 – Auxílio financeiro a estudantes	-	-	-	-	-	308.863,01	-	-
3390.39 – Serviços de terceiro – pessoa jurídica	-	-	-	-	-	22.471,40	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	204.084,41	-	-
3390.37 – Locação de mão-de-obra	14.520.880,86	10.685.633,17	14.520.880,86	10.681.728,35	-	-	13.497.513,05	10.558.427,88
3390.39 – Serviços de terceiro – pessoa jurídica	8.924.118,25	3.314.236,75	6.955.228,63	3.087.765,35	-	-	6.639.905,35	2.981.681,48
3390.46 – Auxílio alimentação	3.146.756,15	2.542.196,01	3.146.756,15	2.542.196,01	-	-	3.146.756,15	2.542.196,01
Demais elementos do grupo	9.497.278,36	8.664.132,95	8.250.045,56	7.208.217,27	-	-	8.249.775,56	7.027.476,54
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3. Investimentos								
4490.51 – Obras e instalações	21.377.259,18	-	4.557.845,90	-	-	-	4.557.845,90	-
4090.52 – Equipamentos e material permanente	19.242.088,28	-	2.344.192,36	-	-	-	2.303.085,42	-
4490.39 – Outros serviços de terceiro – pessoa jurídica	42.678,00	-	42.678,00	-	-	-	42.678,00	-
4490.52 – Equipamentos e material permanente	-	17.833.422,18	-	3.355.556,61	16.897.895,92	14.477.865,57	-	3.112.659,99
4490.51 – Obras e instalações	-	4.529.227,26	-	2.592.836,91	16.819.413,28	1.936.390,35	-	2.592.836,91
4490.92 – Despesas de exercícios anteriores	-	13.580,00	-	13.580,00	-	-	-	13.580,00
Demais elementos do grupo	-	960,00	-	960,00	-	-	-	960,00

4.1.3.4 Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: UFRA				Código UO: 26253		UGO: 26253		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
3190.11 – Vencimento e vantagens fixas – pessoal civil	59.254.984,41	50.840.445,34	59.254.984,41	50.840.445,34	-	-	59.242.041,52	50.832.922,23
3190.01 – Aposentadoria, reserva remunerada e reformas	16.463.515,85	14.674.183,07	16.463.515,85	14.674.183,07	-	-	16.463.262,23	14.674.183,07
3190.13 – Obrigações patronais	11.757.956,01	10.256.076,60	11.757.956,01	10.256.076,60	-	-	11.737.335,82	10.255.433,14
Demais elementos do grupo	9.494.839,80	9.771.502,04	9.494.839,80	9.757.946,64	-	-	9.494.839,80	9.757.946,64
3190.91 – Sentenças judiciais	-	-	-	-	-	13.555,40	-	-
2. Outras Despesas Correntes								
3390.39 – Serviços de terceiros – pessoa jurídica	-	-	-	-	1.968.889,62	-	-	-
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	-	663.796,66	-	-	-
3390.18 – Auxílio financeiro a estudante	-	-	-	-	553.842,82	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	29.593,32	-	-	-
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	-	-	946.873,08	-	-
3390.18 – Auxílio financeiro a estudantes	-	-	-	-	-	308.863,01	-	-
3390.39 – Serviços de terceiros – pessoa jurídica	-	-	-	-	-	226.471,40	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	204.084,41	-	-
3390.37 – Locação de mão-de-obra	14.520.880,86	10.685.633,17	14.520.880,86	10.681.728,35	-	-	13.497.513,05	10.558.427,88
3390.39 – Serviços de terceiros – pessoa jurídica	8.924.118,25	3.314.236,75	6.955.228,63	3.087.765,35	-	-	6.639.905,35	2.981.681,48
3390.46 – Auxílio alimentação	3.146.756,15	2.542.196,01	3.146.756,15	2.542.196,01	-	-	3.146.756,15	2.542.196,01
Demais elementos do grupo	9.497.278,36	8.664.132,95	8.250.045,56	7.208.217,27	-	-	8.249.775,56	7.027.476,54
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3. Investimentos								
4490.51 – Obras e instalações	21.377.259,18	-	4.557.845,90	-	-	-	4.557.845,90	-
4490.52 – Equipamentos e material permanente	19.242.088,28	-	2.344.192,36	-	-	-	2.303.085,42	-
4490.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	42.678,00	-	42.678,00	-	-	-	42.678,00	-

4490.52 – Equipamentos e material permanente	-	17.833.422,18		3.355.556,61	16.897.895,92	14.477.865,57	-	3.112.659,99
4490.51 – Obras e instalações	-	4.529.227,26	-	2.592.836,91	16.819.413,28	1.936.390,35	-	2.592.836,91
4490.92 – Despesas de exercícios anteriores	-	13.580,00	-	13.580,00	-	-	-	13.580,00
Demais elementos de despesa	-	960,00	-	960,00	-	-	-	960,00

Nos quadros A.4.1.3.3 e A.4.1.3.4 são demonstrados indicadores com: despesas empenhadas, liquidadas e restos a pagar e valores pagos dos grupos: despesas de pessoal e despesas correntes que poderão ser usadas como ferramentas para o gerenciamento da Unidade Orçamentária. Para a Instituição, as informações contidas neste quadro se tornam essenciais para o processo de tomada de decisão por parte do Reitor. Também, esses dados podem ser usados para tomadas de decisão para processos de qualidade, definindo assim um quantitativo de ações realizadas no exercício.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	174.608,64	274.620,71	174.608,64	261.095,71
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	174.608,64	274.620,71	174.608,64	261.608,64
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	2.556.556,00	149.110,00	2.556.556,00	149.110,00
h) Dispensa	2.556.556,00	149.110,00	2.556.556,00	149.110,00
i) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.586.584,32	1.120.906,63	1.585.079,82	1.120.906,63
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	1.586.584,32	1.120.906,63	1.585.079,82	1.120.906,63
5. Outros	6.638.639,13	3.954.830,69	5.939.877,83	3.954.830,69
6. Total (1+2+3+4+5)	10.956.388,09	5.499.468,03	10.256.122,29	5.485.943,03

Fonte: SIAFI Gerencial Web

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Outras Despesas Correntes								
3390.30 – Material de consumo	-	1.054.308,54	-	-	-	-	-	-
3390.36 – Outros serviços de terceiros – pessoa física	-	799.069,52	-	-	-	-	-	-
3390.14 – Pessoal civil	-	529.747,11	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	751.915,99	-	-	-	-	-	-
3390.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	3.348.544,00	-	3.103.616,00	-	-	-	-	-
3390.30 – Material de consumo	1.233.240,81	-	1.128.863,88	-	-	-	-	-
3390.36 – Outros serviços de terceiros – pessoa física	1.120.832,90	-	1.120.832,90	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	1.973.760,52	-	1.926.482,11	-	-	-	-	-
3390.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	-	-	-	-	244.928,00	-	-	-
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	-	104.376,93	-	-	-
3390.33 – Passagens e despesas com locomoção	-	-	-	-	47.278,41	-	-	-
3390.36 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	-	-	-	799.069,52	-	-	-	-
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	656.570,69	-	-	-	-
3390.14 – Diárias – pessoal civil	-	-	-	529.747,11	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	736.275,99	-	-	-	-
3390.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	-	-	-	-	-	-	2.895.356,00	-
3390.36 – Outros serviços de terceiros – pessoa física	-	-	-	-	-	-	1.119.328,40	-
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	-	-	-	1.070.062,58	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	1.514.282,11	-
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	-	-	397.737,85	-	-
3390.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	-	-	-	-	-	15.640,00	-	-
3390.36 – Outros serviços de terceiros – pessoa física	-	-	-	-	-	-	-	740.269,52
3390.14 – Diárias – Pessoal civil	-	-	-	-	-	-	-	280.289,11
3390.30 – Material de consumo	-	-	-	-	-	-	-	190.521,67
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	269.545,99
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
2. Investimentos								
4490.52 – Equipamentos e material permanente	4.112.193,20	6.052.247,46	3.676.593,20	2.777.804,72	435.600,00	3.274.442,74	3.657.093,20	2.507.785,00

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

No quadro A.4.1.3.5 os indicadores como: despesas liquidadas e despesa paga foram em sua maior parte alocadas na modalidade de licitação pregão e a outra parte em dispensa, de acordo com a legislação vigente. Sua execução ocorreu de forma regular e dentro da normalidade sendo todas as despesas empenhadas em favor da UFRA.

No quadro A.4.1.3.6 com despesas correntes, empenhadas, liquidadas, restos a pagar não processados e valores pagos, são dados importantes na análise ligada às ações de melhoramento da qualidade da UFRA uma vez que os agentes envolvidos no processo estão mais preparados e motivados o que reflete na vida profissional, e assim, alcançar melhores resultados na execução da Unidade Orçamentária. Os créditos recebidos foram destinados tão somente as despesas de custeios empenhadas da UFRA. A adequação dos procedimentos operacionais se seguiu de acordo com a legislação orçamentária vigente e observando as exigências jurídico-formais.

4.2 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.164.078,43	2.163.390,02	-	688,41
2011	57.825,34	57.431,55	-	393,79
2010	6.496,73	6.496,73	-	-
2009	50.581,35	50.581,35	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	21.699.040,41	19.902.750,96	-26.046,47	1.770.242,98
2011	-	1.595.806,57	-390.180,20	862.940,82
2010	-	753.066,77	-45.727,78	215.563,55
2009	-	24.928,65	-	44.324,91

Fonte: SIAFI Gerencial Web

4.2.1 Análise Crítica

Neste quadro, indicadores mostram os valores de restos a pagar processados e não processados dos exercícios de 2009 a 2012, com os referidos montantes ano a ano, demonstrando também os cancelamentos acumulados, pagamentos acumulados e saldos a pagar em 31/12/13. Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até deia 31/12, distinguindo-se as processadas das não processadas.

4.3 Transferência de Recursos

4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Universidade Federal Rural da Amazônia									
CNPJ: 05.200.001/0001-01					UG/GESTÃO: 153034				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2011	158135	306.568,30	-	-	84.438,42	10/08/11	10/08/16	1
3	09/2011	158136	89.328,00	-	-	89.328,00	03/11/11	03/11/16	4
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: Central de Contratos e Convênios									

Nota de Esclarecimento:

Instrumento 01/2011 – IFPA (UG 158135)

Em 2011

- Valor Global Instrumento: R\$ 306.568,30
- Repassado a 1ª parcela em 2012: R\$ 44.296,50

Em 2012

- Repassado a 2ª parcela em 20/03/2012: R\$ 131.135,90
- Em 21/11/2012 o IFPA fez devolução de crédito: R\$ 90.993,98
- Saldo restante: R\$ 40.141,92

Acumulado até o exercício: R\$ 44.296,50 + R\$ 40.141,92 = R\$ 84.438,42

4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Universidade Federal Rural da Amazônia					
CNPJ:	05.200.001/0001-01					
UG/GESTÃO:	153034					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	0	2	0	131.135,90	133.624,50
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	0	0	0	0	131.135,90	133.624,50

Fonte: Central de Contratos e Convênios

4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal Rural da Amazônia					
CNPJ: 05.200.001/0001-01		UG/GESTÃO: 153034			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	01	-
		Montante Repassado	-	89.328,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Central de Contratos e Convênios

5. PARTE A, ITEM 5

5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.336,28	703	15	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos		703	15	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		703	15	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		701	15	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		01		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		01		01
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		-		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		01		
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.336,28	704	15	11

Fonte: PROGEP

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	06
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	06
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	21
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	01
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	09
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	24
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	23
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	01
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	01
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	52

Fonte: PROGEP

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	49	49	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	72	72	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	123	123	0	0

Fonte:

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUADA APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	78	155	135	217	104
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	78	155	135	217	104
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	10	14	20	2
2.3. Funções Gratificadas	17	10	17	20	8
3. Totais (1+2)	178	330	301	474	218

Fonte: PROGEP

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	50	49	153	75	74	127	180
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	50	49	153	75	74	127	180
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	7	8	10	20	6
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	31	18	17	6	0
3. Totais (1+2)	0	0	100	98	306	176	175	280	366

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: PROGEP

5.1.3 Custos de Pessoal da UJ

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	Não há									
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	23.340.206,15	2.513.274,13	5.055.00,70	6.156.794,97	3.639.689,87	1.610.986,75	5.555.841,30	281,32	816.568,98	48.688.649,17
	2012	15.612.659,37	990.624,60	5.253.029,00	2.550.356,29	2.784.159,04	1.212.078,53	13.682.888,10	94.011,66	1.458.293,07	43.640.111,66
	2011	12.996.342,30	908.072,55	4.924.353,49	2.450.333,61	2.723.105,67	180.502,25	13.723.621,24	-	1.458.293,07	39.366.817,18
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	30.707,28	0	9.586,50	15.937,98	0	1.984,14	0	0	0	58.215,90
	2012	1.627.779,90	0	1.286,71	14.350,95	26.563,32	0	0	0	0	1.669.980,88
	2011	1.595.224,20	0	1.260,98	14.063,90	26.233,38	0	0	0	0	1.636.782,46
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	156.346,89	0	476.174,02	18.326,34	16.503,48	8.111,88	0	0	0	675.462,60
	2012	140.853,05	0	428.985,60	16.510,22	14.868,00	7.308,00	0	0	0	608.524,87
	2011	279.495,49	0	53.619,50	33.020,43	40.128,01	171.465,80	66.040,85	0	0	643.770,08
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	Não há									
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	5.937.398,30	100.123,33	390.168,55	933.019,71	118.747,96	763.379,77	23.375,27	0	59.141,07	8.325.353,96
	2012	5.349.007,48	90.123,33	351.03,20	840.558,30	106.980,14	687.729,52	21.058,80	0	53.280,24	7.500.318,88
	2011	4.903.256,77	82.684,44	322.214,01	770.511,81	89.150,12	630.418,72	19.305,30	0	53.208,24	6.870.749,41
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	3.019.816,41	58.405,28	227.600,48	544.261,50	69.269,64	445.304,86	13.635,57	2.725,72	41.398,75	4.422.418,21
	2012	2.720.555,32	53.617,37	205.045,48	490.325,68	62.405,08	401.175,55	12.284,30	2.455,60	37.296,17	3.984.160,55
	2011	2.674									

Fonte: PROGEP

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	171	9
1.1 Voluntária	171	9
1.2 Compulsória	5	0
1.3 Invalidez Permanente	18	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	35	0
2.1 Voluntária	35	0
2.2 Compulsória	9	0
2.3 Invalidez Permanente	2	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	240	9

Fonte: PROGEP

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela UJ

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1 Integral	83	1
1.2 Proporcional	40	2
2. Em Atividade	50	3
3. Total (1+2)	173	6

Fonte: PROGEP

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do Sisac

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	34	91	34	91
Concessão de aposentadoria	30	14	30	14
Concessão de pensão civil	5	11	5	11
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	69	116	69	116

Fonte: PROGEP/SDD

5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	32	21	32	21
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	1	0	1	0
Totais	33	21	33	21

Fonte: PROGEP/SDD

5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	14	10	9	1
Concessão de aposentadoria	2	4	17	7
Concessão de pensão civil	0	0	5	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	16	14	31	8
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	3	12	12	5
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	1	0	0	0
Total	4	12	12	5

Fonte: PROGEP/SDD

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal Rural da Amazônia													
UG/Gestão: 153034/15241							CNPJ: 05.200.001/0001-01						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação	34.849.836/0001-87	03/01/14	02/01/16	146	99	-	-	-	-	P
2011	V	O	Prestação de Serviço de Vigilância Armada	12.066.015/0006-46	01/01/13	31/12/14	45	25	-	-	-	-	P

Observações: -

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Prefeitura/UFRA

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal Rural da Amazônia													
UG/Gestão: 153034/15241							CNPJ: 05.200.001/0001-01						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	8	O	Manutenção de equipamentos de refrigeração	09.241.070/0001-06	02/11/12	01/11/14	9	8	-	-	-	-	A
2011	12	O	Prestação de Serviços Auxiliares*	06.855.175/0007-52	31/08/13	31/08/14	57	49	-	-	-	-	A
2013	12	O	Prestação de Serviços Auxiliares	06.855.175/0007-52	15/03/13	10/09/13	65	65	-	-	-	-	E
2013	12	O	Prestação de Serviços Auxiliares	06.855.175/0007-52	13/09/13	11/11/13	65	65	-	-	-	-	E

Observações: *Serviços prestados de forma auxiliar: Copeiro, tratador de animais, cozinheiro, auxiliar de cozinha, mecânico diesel, motorista, tratorista, pintor, pedreiro, eletricista de alta tensão, eletricista, instalador(telefonia), jardineiro.

LEGENDA

Área:

- Segurança;
- Transportes;
- Informática;
- Copeiragem;
- Recepção;
- Reprografia;
- Telecomunicações;
- Manutenção de bens móveis
- Manutenção de bens imóveis
- Brigadistas
- Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Prefeitura/UFRA

5.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	
1.1 Área Fim	50	65	74	77	432.269,00
1.2 Área Meio	34	39	37	45	252.624,70
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	14	19	31	32	53.414,74
3. Total (1+2)	98	123	142	154	738.308,44

Fonte: Divisão de estágio / PROEX e Financeiro/PROGEP

6. PARTE A, ITEM 6

6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de veículos automotores da UJ

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos na UFRA é a Instrução Normativa nº 03/2008.

A importância e o impacto da frota de veículos da UJ recaem sobre as atividades relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que a demanda de aulas práticas fora da sede são constantes. No exercício de 2013 houve um total de 276 viagens com o objetivo de atender necessidades estudantis quanto a aulas práticas.

Considerando a idade média dos veículos, a Administração ainda estuda a possibilidade de substituição dos veículos com idade mais avançadas, considerando a realização de leilão ou doação.

Quanto à questão de locação de veículos, prioriza-se na Instituição a aquisição de veículos próprios devido às necessidades constantes de aulas práticas e também devido as condições de atendimento no mercado local referente a locação de veículos não serem compatíveis com as peculiaridades da Instituição, o que comprometeria um perfeito atendimento às demandas acadêmicas.

Quanto a estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, utiliza-se um sistema *on line* de gestão de frotas disponibilizado pela empresa Ticket Car, onde é possível acompanhar toda tipo de operação de gastos individualizados de cada veículo. Além disso, a Seção de Transportes realiza todos os procedimentos operacionais baseados na Instrução Normativa nº 03/2008.

A seguir tabelas referentes ao tipo de veículo, à média de Km/ano, à idade média e aos custos de combustível, manutenção e taxas:

Tabela 6 – Tipos de veículos

TIPO DE VEÍCULO	TIPO DE TRANSPORTE	QUANTIDADE
Transporte Institucional	Autoridade em serviço	01
Serviço Comum	Transporte de pessoal a serviço	11
	Transporte coletivo	29
	Transporte de carga leve	10
	Transporte de carga pesada	05
	Atividade específica	08
TOTAL		64

Tabela 7 – Média km/ano

TIPO DE VEÍCULO	TIPO DE TRANSPORTE	KM/ANO
Transporte Institucional	Autoridade em serviço	2.400,00
Serviço Comum	Transporte de pessoal a serviço	11.322,00
	Transporte coletivo	38.413,99
	Transporte de carga leve	34.194,00
	Transporte de carga pesada	3.800,00
	Atividade específica	102,00

Tabela 8 – Idade média do veículo

TIPO DE VEÍCULO	TIPO DE TRANSPORTE	IDADE MÉDIA
Transporte Institucional	Autoridade em serviço	4
Serviço Comum	Transporte de pessoal a serviço	5,4
	Transporte coletivo	3,46
	Transporte de carga leve	6,66
	Transporte de carga pesada	1
	Atividade específica	4,85

Tabela 9 – Custos e valores

CUSTOS	VALORES APROXIMADOS (R\$)
Combustível e manutenção	720.247,00
Taxas e despachante	26.750,00

Frota de veículos automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros

A Universidade não possui veículos contratados de terceiros.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	PA	12	12
	0427 - Belém	1	1
	0429 - Benevides	1	1
	0445 - Capitão Poço	1	1
	0447 - Castanhal	1	1
	0509 - Paragominas	1	1
	0523 - Salinópolis	1	1
	0535 - Santarém	5	5
	0559 - Tomé-Açu	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: SPIUNet

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis sob a responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
153034	0427.00726.500-7	21	-	798.885.517,79	11/04/12	-	-	-
153034	0429.00014.500-2	21	-	209.457,75	30/11/00	-	-	-
153034	0445.00001.500-3	21	-	8.853,00	29/06/12	-	-	-
153034	0447.00183.500-0	21	-	1.030.605,05	02/01/03	-	-	-
153034	0509.00025.500-4	21	-	1.638,00	19/07/12	-	-	-
153034	0523.00005.500-0	21	-	147.874,20	17/11/00	-	-	-
153034	0535.00078.500-2	21	-	408.223,90	07/05/09	-	-	-
153034	0535.00087.500-1	21	-	40.744,20	16/06/09	-	-	-
153034	0535.00101.500-6	21	-	2.689.996,07	16/06/09	-	-	-
153034	0535.00103.500-7	21	-	406.084,70	16/06/09	-	-	-
153034	0535.00164.500-0	21	-	343.112,70	06/08/09	-	-	-
153034	0559.00030.500-8	21	-	5.740,00	29/06/12	-	-	-
Total								

Fonte: SPIUNet

7. PARTE A, ITEM 7

7. Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
x	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.

x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
x	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Ver análise crítica.	

Fonte: STIC – Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação

7.1.1 Análise Crítica

Quanto aos quesitos avaliados no Quadro A.7.1, algumas solicitações foram atendidas. Entretanto, analisando o quadro de maneira geral, acredita-se que há uma disparidade com relação à realidade da situação dos TIs e a realização dos itens mencionados acima, por falta de capacitação e material humano para a resolução destas demandas, especialmente dentro das Instituições Federais

de Ensino Superior, onde os cargos de Analistas de Tecnologia da Informação são extremamente técnicos, capacitados para desenvolver sistemas e projetar infraestrutura de redes de dados e voz. De acordo com as cobranças, entende-se que os Órgãos de Controle, desejam que as universidades possuam em seu quadro, especialistas em governança de tecnologia da informação, qualificados em *frameworks* que tratam do assunto.

Em conclusão, sugere-se maior apoio nesta empreitada de atendimento dos itens mencionados no quadro, seja por ações de capacitação ou até mesmo pela cobrança das instâncias superiores, para que se possa de fato corresponder em sua plenitude aos anseios deste Tribunal.

8. PARTE A, ITEM 8

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			x		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		x			
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	x				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	x				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					x
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam					x

o impacto ambiental.					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	-	-	-	R\$66.856,44	-	-
Água	-	-	-	R\$398.842,80	R\$677.991,33	R\$624.006,18
Energia Elétrica	-	-	-	R\$1.909.075,32	R\$1.491.128,10	R\$1.321.203,52
			Total	R\$2.374.774,56	R\$2.169.119,43	R\$1.945.209,70

Fonte: Água e Energia elétrica/SIAFI; Papel/SIPAC – nos anos de 2012 e 2011 o controle era manual, por isso não foram encontrados registros exatos.

9. PARTE A, ITEM 9

9. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia					457
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 028.430/2012-3	6626/2013 – 2ª Câmara	9.3	DE	Ofício 17584/2013 – TCU/SEFIP de 25/11/13
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia					457
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. determinar à Universidade Federal Rural da Amazônia que adote medidas para:</p> <p>9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, fazer cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;</p> <p>9.3.2. dar ciência do inteiro teor deste Acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento do recurso;</p> <p>9.3.3. adotar medidas no sentido de fazer o interessado retornar à atividade para completar os requisitos legais para aposentadoria, alertando-o que esta se dará pelas regras vigentes no momento da concessão;</p> <p>9.3.4. no prazo de trinta dias, encaminhar a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP					
Síntese da Providência Adotada					
A PROGEP/UFRA analisou o processo TC 028.430/2012-3 e adotou as medidas necessárias para o cumprimento do Acórdão nº 6629/2013 TCU-2ª Câmara, comunicou o servidor interessado através do Ofício nº 04/2014/PROGEP/UFRA, expediu a Portaria nº 169 de 04/02/2014 tornando sem efeito a Portaria nº 1307 de 27/07/2009 referente a aposentadoria do servidor e expediu o Mem. Nº 05/2014-SGDP/UFRA apresentando o servidor ao ICA para retornar ao exercício de suas atividades no cargo de Professor de Magistério de Nível Superior.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A universidade reviu seus atos os retificou obedecendo a legislação vigente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

9.2 Tratamento e Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203455	05-01	OS: 201203455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Implementar planejamento das aquisições por meio do uso de técnicas de mensuração quantitativa dos objetos licitados e comprovação dos mesmos aos fins institucionais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Síntese da Providência Adotada			
A UFRA por intermédio da sua Pró-reitora de Planejamento e Gestão – PROPLAGE já adota medidas de controle das quantidades de bens a serem licitados utilizando-se da consolidação dos pedidos das unidades requisitantes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Planejamento das aquisições para o exercício seguinte baseado no histórico de compras.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203455	06	OS: 201203455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Implantar rotinas de controles internos que permitam aos gestores acompanhar o cumprimento dos prazos previstos no Art. 7º da IN/TCU nº55/2007 para o registro dos atos de pessoal no SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Síntese da Providência Adotada			
Os atos de admissão, aposentadoria e pensão desta UJ constatados neste item foram devidamente regularizados. Esta Universidade montou procedimento interno da Superintendência de Gestão de Pessoas de forma que os prazos previstos em Lei, atualmente, são todos atendidos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A rotina criada permite que a Gestão de Pessoal acompanhe todo o andamento do processo, desta forma, controlando o prazo de conclusão dos atos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203455	07	OS: 201203455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Implementar mecanismos de controle administrativo que propicie o monitoramento tempestivo da entrega das declarações de bens e rendimentos dos dirigentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Síntese da Providência Adotada			
Foi incluído no sítio da Superintendência de Gestão de Pessoas – SGDP/UFRA (www.sgdp.ufra.edu.br) o formulário padrão de autorização de servidor para acesso ao Imposto de Renda conforme dispões a legislação específica, bem como, foram notificados eletronicamente todos os servidores que recebem cargo ou função e, por este motivo, são obrigados a entregar a Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso aos Dados da Declaração.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As providências necessárias para resolução da constatação feita pela Controladoria Geral da União foram adotadas e os servidores autorizaram o acesso a Declaração do Imposto de Renda zelando pela transparência.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201203455	08	OS: 201203455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Efetuar o registro dos atos de pessoal no SISAC nos termos da IN/TCU Nº 55/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Síntese da Providência Adotada			
As pensões não registradas no SISAC, constadas nesse item foram devidamente registradas e regularizadas. Atualmente não existem atos de admissão, aposentadoria ou pensão não registrados no SISAC. Esta Universidade montou procedimento interno da Superintendência de Gestão de Pessoas de forma que os prazos previstos em Lei, atualmente, são todos atendidos. Ademais a rotina criada permite que a Gestão de Pessoal acompanhe todo o andamento do processo, desta forma, controlando o prazo de conclusão dos atos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As providências necessárias para resolução da constatação feita pela Controladoria Geral da União foram adotadas e os servidores autorizaram o acesso a Declaração do Imposto de Renda zelando pela transparência.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201203455	10	OS: 201203455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Adotar providências efetivas para o cumprimento das determinações do Acórdão nº 3.405/2011 do Tribunal de Contas da União relativas ao ressarcimento dos valores apontados pela CGU/PA no Relatório de Auditoria de Gestão nº 189694.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Síntese da Providência Adotada			
Esta Instituição, através da Superintendência de Gestão de Pessoas (SGDP) notificou os responsáveis pelo ressarcimento ao erário, conforme documentos em anexo, sendo todos recebidos pelos próprios responsáveis.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O ressarcimento integral foi efetuado pelos envolvidos em 25/02/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201203455	11	OS: 201203455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Implantar rotinas para aplicação das compras relativas à sustentabilidade ambiental e incluir no Manual de Procedimentos de Compras a obrigatoriedade de adoção de critério de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou de obras, de acordo com a legislação aplicável ao assunto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Síntese da Providência Adotada			
A partir da constatação 2.1.1.11 levantada pela CGU/PA culminou na inclusão de 4 (quatro) subitens do item “06 - Normas Gerais” do Projeto Básico que é parte integrante do edital. Segue abaixo os itens para apreciação: 6.20. Os produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira aplicados na obra deverão ser provenientes de empresas que pratiquem o manejo sustentável, devidamente cadastradas e fiscalizadas pelo IBAMA e/ou com certificação de instituições reconhecidas pelo mesmo. Tais produtos englobam as madeiras em toras, toretes, postes não imunizados, escoramentos, palanques roliços, dormentes, estacas e mourões, fôrmas, achas e lascas, pranchões desdobrados com motosserra e madeira serrada sob qualquer forma, faqueada ou em lâminas; 6.21. O CONTRATADO fica obrigado a apresentar as notas fiscais expedidas na compra dos subprodutos florestais utilizados na obra, sempre que a FISCALIZAÇÃO solicitar, discriminando produto e quantidade em metros cúbicos, bem assim o número do Documento de Origem Florestal – DOF, Guias Florestais e/ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, relativos à respectiva operação de venda; 6.22. Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível			

e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado; 6.23. Todos os equipamentos a serem fornecidos e instalados, portanto, deverão possuir etiquetas Classe A do Selo Procel de Economia de Energia, instituído pelo Decreto Presidencial de 08/12/1993. O Selo Procel, tipo A, é um produto Nacional de Conservação de Energia Elétrica, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com sua Secretaria-Executiva mantida pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás desenvolvido e concedido pelo Programa.
Síntese dos Resultados Obtidos
Para melhor atender as recomendações nas novas licitações conduzidas por esta CEL/UFRA, além dos itens 6.20, 6.21, 6.22 e 6.23 estarem incluídos nos projetos básicos serão incluídos no edital propriamente dito.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
-

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201203455	12	OS: 201203455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Promover a adequada motivação dos processos de contratação de compras e serviços, mediante justificativa circunstanciada e comprovação da efetiva necessidade dos bens e serviços demandados, por meio de técnicas quantitativas de mensuração de consumo e demanda, fazendo constar nos autos das licitações deflagradas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Síntese da Providência Adotada			
A UFRA por intermédio da sua Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão – PROPLAGE já exige das unidades requisitantes que suas justificativas sejam mais detalhadas possível para caracterizar o objeto e respectiva quantidade com a finalidade de autorizar processo licitatório.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As unidades da UFRA já preparam o termo de referência, apresentam as justificativas e razões, apresentam cotações e, após juntada, o processo é encaminhado para a unidade competente que defere ou não a solicitação, considerando dotação orçamentária e as modalidades previstas em Lei.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203455	01	OS: 20103455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Abster-se de realizar contratações diretas por meio de dispensa de licitação, quando as situações fáticas não se			

subsumirem as hipóteses legais, mormente em razão do valor das contratações no exercício.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia	457
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Os gestores da UFRA têm consciência da necessidade de capacitação dos servidores envolvidos nos processos de contratação de bens e serviços, desta forma, sugeriu adotar as seguintes ações:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Que a AUDIN, com o apoio da PROPLAGE, promovam palestras de conscientização voltadas para as Unidades Administrativas da Instituição, com o objetivo de esclarecer a importância e a necessidade da correta formalização de processos administrativos, que se destinam para aquisição de bens e contratações de serviços, inclusive obras ou reformas de engenharia, com destaque para as motivações que originam estes processos, questão exaustivamente citada no Relatório da CGU. Estas motivações deverão estar fundamentadas em dados e fatos consubstanciados em séries históricas e levantamentos criteriosos que justifiquem com clareza os objetivos das solicitações; 2. Adotar medidas rígidas de controle interno, por parte da PROPLAGE, que possibilitem a efetiva avaliação de processos que tratam de despesas por meio de Dispensa de Licitação, que deverão ser autorizadas somente para casos específicos e excepcionais, caracterizados como imprescindíveis para a continuidade das atividades Institucionais. 	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Um dos principais fatores que prejudicaram a adoção de providências pelo gestor é a falta de servidor nos setores relacionados com o processo de Licitação e na Auditoria Interna.	

QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203455	01	OS: 20103455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Implementar processo formalizado para planejamento, e gestão das contratações de bens e serviços de TI, definindo níveis de serviços e adequabilidade dos bens adquiridos com os fins institucionais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O processo formalizado para contratação de bens e serviços de TI, já foi desenvolvido por esta Superintendência e encaminhado a Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão para providências cabíveis no que concerne a aprovação do documento pelo Comitê Executivo de Tecnologia da Informação da UFRA (CETI) e posterior aprovação pelo Conselho de Administração (CONSAD). O processo nº 23084.8052/2012-99 oficializa o pedido de elaboração do documento à Divisão de Governança de Tecnologia da Informação (DGTI), bem como, comunica a conclusão dos trabalhos de elaboração do mesmo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O documento encontra-se na Procuradoria Federal junto a UFRA para análise jurídica.			

QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

03	201203455	03	OS: 20103455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Instruir os processos de contratação direta, por meio de dispensa de licitação, com os pressupostos fáticos e de direito ensejados da medida, por meio de motivação adequada e suficiente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os gestores da UFRA têm consciência da necessidade de capacitação dos servidores envolvidos nos processos de contratação de bens e serviços, desta forma, sugeriu adotar as seguintes ações:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Que a AUDIN, com o apoio da PROPLAGE, promovam palestras de conscientização voltadas para as Unidades Administrativas da Instituição, com o objetivo de esclarecer a importância e a necessidade da correta formalização de processos administrativos, que se destinam para aquisição de bens e contratações de serviços, inclusive obras ou reformas de engenharia, com destaque para as motivações que originam estes processos, questão exaustivamente citada no Relatório da CGU. Estas motivações deverão estar fundamentadas em dados e fatos consubstanciados em séries históricas e levantamentos criteriosos que justifiquem com clareza os objetivos das solicitações; 2. Adotar medidas rígidas de controle interno, por parte da PROPLAGE, que possibilitem a efetiva avaliação de processos que tratam de despesas por meio de Dispensa de Licitação, que deverão ser autorizadas somente para casos específicos e excepcionais, caracterizados como imprescindíveis para a continuidade das atividades Institucionais. 			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Um dos principais fatores que prejudicaram a adoção de providências pelo gestor é a falta de servidor nos setores relacionados com o processo de contratação de bens e serviços, bem como na Auditoria Interna.			

QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201203455	04	OS: 20103455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Implementar rotinas para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as necessidades do órgão, bem como estabelecer junto aos fornecedores de soluções de TI, acordos de níveis de serviço, a fim de garantir a eficiência e eficácia dos serviços de TI prestados junto aos usuários.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As rotinas para avaliação da compatibilidade dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) com as necessidades do órgão será implementada com a aprovação, pelo Comitê Executivo de TI (CETI) e posteriormente pelo Conselho de Administração (CONSAD), do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2013-2014, visto que, neste instrumento foram levantadas as necessidades de TI do órgão para o biênio 2013-2014, estas necessidades contemplam metas que por sua vez se transformam em projetos que tratam da aquisição de bens ou serviços de TI. Em ambos os casos, para o processo de aquisição, utilizaremos, de forma explícita e obrigatória os preceitos da Instrução Normativa (IN) 04/2010-SLTI MPOG que contempla rotinas de avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as necessidades da área que requisitou a solução ou serviço. Esta obrigatoriedade do uso desta IN no órgão será oficializada através da aprovação do processo de formalização da contratação de bens e serviços de TI, conforme mencionado nas providências da Constatação 2.1.1.2 . Em complemento, podemos também concluir que o PDTI por si só já garante as rotinas de avaliação da compatibilidade, visto que, as necessidades de TI levantadas neste documento foram extraídas através de questionários aplicados aos gestores da Instituição que responderam em consonância com o Plano de Desenvolvido Institucional (PDI) 2010-2014, ou seja, através desta estrutura de extração de informações foi			

possível compatibilizar os recursos de TI que a Instituição precisará adquirir no biênio 2013-2014 com suas reais necessidades que foram expostas no PDI. Este arcabouço mencionado nos permite, pela primeira vez nesta Instituição, alinharmos a TI com as estratégias de negócio, ou seja, com as reais necessidades do órgão.

Com relação à ausência dos acordos de níveis de serviços junto aos fornecedores, informamos que, com a aprovação do processo de formalização da contratação de bens e serviços de TI, que foi desenvolvido com base na IN 04/2010-SLTI MPOG, instituiremos como obrigatória tal cobrança com base no Art. 15, inciso III, alínea “a” da supracitada norma, que trata desses acordos através do termo “Critérios de Aceitação dos Serviços Prestados ou Bens a Serem Fornecidos”. A comunicação da conclusão dos trabalhos de elaboração do PDTI 2013-2014, bem como, a solicitação de aprovação do referido documento foi protocolado através do número 23084 15375/2012-39.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O documento encontra-se no Gabinete da Reitoria para providências cabíveis, no que concerne sua aprovação.

QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal da Amazônia			457
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201203455	09	OS: 20103455
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Descrição da Recomendação			
Implantar rotinas de controle interno que garantam a atualização do sistema SPIUnet sempre que houver alteração de informações nos imóveis sob a responsabilidade da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal Rural da Amazônia			457
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Superintendência de Patrimônio e Material e a Prefeitura do Campus firmaram através do documento Memorando 10/2012 SPM/PROPLAGE/UFRA, que passariam adotar rotinas administrativas com informações atualizadas dos imóveis pertencentes a esta Universidade através da Prefeitura, para que a Gerência da Divisão de Patrimônio da UFRA, passe a alimentar o Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União(SPIUNET).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O documento encontra-se no Gabinete da Reitoria para providências cabíveis, no que concerne sua aprovação.			

9.3 Alimentação SIASG e SINCOV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <i>Erika Maria Pinheiro Magalhães</i>, CPF nº 116 263 052 34, Coordenadora da Central de Convênios e Contratos exercido na UFRA declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 20 de março de 2014.</p> <p style="text-align: center;"><u>Érika Maria Pinheiro Magalhães</u></p> <p style="text-align: center;"><u>116 263 052 34</u></p> <p style="text-align: center;"><u>Coordenadora da Central de Convênios e Contratos/UFRA</u></p>

10. PARTE A, ITEM 10

10. Relacionamento com a Sociedade

10.1 Descrição dos Canais de Acesso ao Cidadão ao Órgão ou Entidade para Fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc., Contemplando Informações Gerenciais e Estatísticas sobre o Atendimento às Demandas

Atualmente, a UFRA conta com o Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, implantado efetivamente em 2013, onde clientes internos e externos enviam dúvidas, sugestões e críticas através do e-SIC, disponível na página web da instituição. Através do sistema é possível ainda fornecer informações de maneira ampla aos cidadãos-usuários no que se refere a dados institucionais e acadêmicos.

Está também nos propósitos da Universidade a criação, em 2014, de uma ouvidoria para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc.

É importante ressaltar que toda e qualquer manifestação feita no exercício em questão foi respondida no prazo estipulado na Lei 12.527, de 18/11/11, que regula o acesso a informações.

10.2 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Cidadãos Usuários ou Clientes dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação da Unidade

A universidade ainda está com projetos em fase de implementação quanto à mensuração de satisfação de cidadãos usuários ou clientes de produtos e serviços da UJ.

10.3 Demonstração dos Resultados Eventuais Pesquisas de opinião feitas nos Três Últimos Anos com Cidadãos em Geral, Segmentos Organizados da Sociedade ou Usuários dos Produtos e Serviços Resultantes da Atuação do Órgão ou Entidade

A universidade ainda está com projetos em fase de implementação quanto a pesquisas de opinião para com a sociedade em geral.

11 PARTE A, ITEM 11

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Saldo Contábil Bens Móveis e Imóveis não confere com a RMB. b) Divergência em Valores Liquidados x Passivos Financeiros c) Ausência de registro da depreciação dos anos anteriores a 2010.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belém – Pará	Data	13/02/2014
Contador Responsável	Ademir de Carvalho Lopes Júnior	CRC nº	PA-017397/O-0

12 PARTE A, ITEM 12

12. Outras Informações sobre a Gestão

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

O ano de 2013 foi marcado pelo encerramento do primeiro mandato do Magnífico Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Prof. Suelo Numazawa, e pela sua reeleição e recondução ao cargo, tendo seu segundo mandato iniciado em agosto de 2013.

Com a sua reeleição novas mudanças vieram, como a criação das novas pró-reitorias através da Resolução CONSUN nº 60 de 28/06/13, conseqüentemente alterando a redação do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade Federal Rural da Amazônia.

Houve também a criação de novos cursos de graduação nos *campi* da UFRA, e também a criação do curso de Libras no *campus* da Sede.

Como Universidade *Multicampi* que agora pretende ser, sustenta-se na missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável, a partir da formação de profissionais qualificados para o mercado, do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, da prestação de serviços e da difusão de conhecimentos para a sociedade amazônica.

Essa trajetória é complexa e para conduzi-la de forma sustentável, está em desenvolvimento a criação de um Planejamento Estratégico Institucional (PLAIN) para orientar seus planos, projetos e ações de longo prazo, com vistas a continuar melhorando seu padrão de qualidade e marcar posição de referência em sua área de atuação na Amazônia e no Brasil.

Reafirma-se ainda o compromisso desta Instituição em trabalhar sempre de forma transparente e com a seriedade devida, que permita lograr sucesso em todas as suas ações futuras e as que já estão em andamento.

18 PARTE B, ITEM 6

18.1 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos de Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores

QUADRO B.6.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU Nº 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2013	2012	2011	2010	2009
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$115.477.289,44	R\$90.893.365,28	R\$87.665.628,51	R\$72.294.454,33	R\$58.320.525,55
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$115.477.289,44	R\$90.893.365,28	R\$87.665.628,51	R\$72.294.454,33	R\$58.320.525,55
Número de Professores Equivalentes	254,00	286,00	233,00	213,50	186,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	713,00	685,50	602,75	535,25	525,00
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	713,00	685,50	602,75	535,25	525,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	3.423,50	3.000,00	2.639,50	2.168,00	1.871,50
Total de Alunos na Pós- graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	332,00	302,50	274,50	285,00	258,00
Alunos de Residência Médica (AR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	7.125,81	5.619,04	5.744,04	5.210,58	4.689,31
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	2.720,24	2.061,93	2.013,40	1.891,60	1.773,13
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	664,00	605,00	549,00	570,00	516,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

18.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho da IFES

QUADRO B.6.2 – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2013	2012	2011	2010	2009
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$14.824,15	R\$14.603,60	R\$14.079,49	R\$12.506,45	R\$11.204,04
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$14.824,15	R\$14.603,60	R\$14.079,49	R\$12.506,45	R\$11.204,04
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	13,32	9,32	11,00	11,53	11,83
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	4,75	3,89	4,25	4,60	4,36
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	4,75	3,89	4,25	4,60	4,36
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,81	2,40	2,59	2,51	2,71
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	2,81	2,40	2,59	2,51	2,71
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,79	0,69	0,76	0,87	0,95
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,09	0,09	0,09	0,12	0,12
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,44	3,25	3,17	3,17	3,25
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,15	3,99	4,05	3,99	4,01
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	29,73	27,63	32,99	38,99	38,55

18.3 Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho da IFES

Ao analisarmos o Quadro B.6.1 de forma geral evidenciamos claramente o processo de expansão da Instituição, com a criação de novos Campi no interior do estado, tais como Capanema e Tomé-Açu. Nota-se claramente o aumento no custo corrente da Universidade, passando de R\$ 58.320.525,55 no ano de 2009 para R\$ 115.477.289,44 em 2013, o que significa um aumento de 98% no aporte de recursos para a Instituição, gerado principalmente pelo avanço da Instituição no interior do Estado.

Além do aumento expressivo na questão orçamentária, outros indicadores como número de funcionários e professores equivalentes também tiveram crescimento significativo nesse período 2009-2013 caracterizando esse desenvolvimento e expansão da Universidade. No que se refere ao número de professores equivalentes o aumento foi de 36,19% e no que tange os funcionários equivalentes o aumento foi de 35,8%.

Em relação à questão acadêmica o aumento no ingresso de discentes também nesse período 2009-2013 foi bastante relevante. O total de alunos regularmente matriculados na graduação cresceu nesse período a uma taxa de 82,92%, já os discentes ingressantes na pós-graduação cresceu a uma taxa de 28,68%.

Diante desta análise, evidencia-se a expansão das Universidades Federais no país, com um aporte de recursos cada vez maior para o ensino superior proporcionando o ingresso cada vez maior de cidadãos ao ensino superior.

Quanto ao Quadro B.6.2, de forma geral evidenciamos ainda o processo de expansão da Instituição com a criação dos novos Campi no interior do estado. Percebe-se também o aumento no custo do aluno de graduação para Instituição, passando de R\$ 11.204,04 no ano de 2009 para R\$ 14.824,15 em 2013, o que significa um aumento de 32,31%.

Além do aumento expressivo na questão orçamentária, outros indicadores como número de funcionários, alunos e professores equivalentes também tiveram crescimento significativo nesse período 2009-2013 caracterizando esse desenvolvimento e expansão da Universidade. No caso do indicador número de alunos tempo integral por funcionários equivalentes, onde temos um aumento

22,10%, significa que o número de alunos atendidos por um determinado contingente de funcionários cresceu.

Em relação à questão acadêmica o aumento no ingresso de discentes também nesse período 2009-2013 foi bastante relevante. O total de alunos regularmente matriculados na graduação cresceu nesse período a uma taxa de 82,92%, já a taxa de discentes ingressantes na pós-graduação cresceu a uma taxa de 28,68%. Resultado este que fez o indicador de taxa de sucesso na graduação cair ao longo dos anos, pois o número de alunos regularmente matriculados na graduação cresceu a uma taxa muito superior à dos alunos diplomados na Instituição.

Em relação ao conceito CAPES/MEC para a pós-graduação e o indicador de qualificação do corpo docente, estes tiveram um aumento quando analisamos os anos de 2012 e 2013 evidenciado principalmente melhoria nos conceitos CAPES dos cursos de pós-graduação e a qualificação do corpo docente da Instituição.

18.4 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

QUADRO B.6.3 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Valores em R\$ 1,00

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA								CNPJ: 01.821.471/0001-23					
Projeto		Instrumento Contratual											
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Contrato		Valor		Nº	Objeto	Convênio		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
-	2	13/2013	Gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros ao projeto: Elaboração, Adequação e Experimento de Protótipos de embarcação de pesca, para dar suporte às pesquisas na Amazônia.	19/09/13	31/07/14	3.097.050,00	3.097.050,00	01.13.0222.00	Centro de Pesquisa e Tecnologia em Ciências Agrárias	04/09/13	Até 24 meses após assinatura do contrato	473.218,16	00,00
-	2	80/2013	Gerenciamento financeiro e administrativo do projeto: Proposta Estruturante para a gestão da pesca dos estados do Pará, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.	08/11/13	01/12/14	2.830.806,00	1.500.000,00	01.13.0248.00	Centro de Estudos Avançados em Agronomia da Amazônia	17/09/13	Até 36 meses após assinatura do contrato	741.399,21	00,00
-	2	171/2013	Gerenciamento financeiro e	16/10/13	31/01/16	698.761,30	Não foi repassado.	01.10.0676.00	Centro de Qualidade e	10/12/10	Até 24 meses	487.919,87	487.919,87

			administrativo do projeto: Plano de Zoneamento Pesqueiro da pesca de Arrasto da Zona econômica Região Norte.						de Monitoramento Ambiental da Amazônia - UFRA		após assinatura do contrato		
-	2	162/2013	Gerenciamento financeiro e administrativo do projeto: Desenvolvimento Local Integrado: A Socioeconomia, Proteção e Reabilitação Ambiental da Microbacia do Guamá, Pará, Brasil.	22/11/13	22/11/16	1.449.348,28	1.449.348,28	01.09.0605.00	Centro de Apoio à Pesquisa e Pós-graduação	15/12/09	Até 36 meses após assinatura do contrato	493.202,07	*
-	4 e 5	20/2013	Gerenciamento Financeiro Administrativo do Projeto: Desenvolvimento Sustentável com fomento a Avicultura familiar nos municípios polos de Barcarena e Terra Alta, no Estado do Pará.	10/09/13	31/01/15	1.500.000,00	1.500.000,00	01.09.0611.00	Centro de Pesquisa Agropecuária UFRA-Carajás	29/12/09	Até 36 meses após assinatura do contrato	281.738,44	*
-	1	-	Gerenciamento financeiro do valor arrecadado	31/10/12	27/01/13	699.240,00	699.240,00	-	-	-	-	-	-

			em razão do pagamento, pelos interessados, das inscrições para o Processo Seletivo 2013 - UFRA										
				Total	10.275.205,58	8.245.638,28					Total	2.477.477,75	487.919,87
Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos													
Projeto			Recursos das IFES										
Nº	Tipo	Financeiros		Materiais			Humanos						
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor							
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico													

* O valor da contrapartida destinada para execução de obras e instalações prediais não foram repassados para a FUNPEA.

Fonte: Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA